

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DOIS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETE**-----

----- **ATA NÚMERO CENTO E TRINTA E NOVE**-----

----- Ao segundo dia do mês de maio de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pela Excelentíssima Senhora Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e pela Excelentíssima Senhora Rosa Maria Carvalho da Silva, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária, ambas em exercício.-----

----- (O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, foi substituído nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César e a Senhora Deputada Municipal Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia, foi substituída nessas funções pela Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Carvalho da Silva)-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, André Nunes de Almeida Couto, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Pedro

Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Ana Paula da Silva Viseu, Susana Maria da Costa Guimarães, Jorge Manuel Jacinto Marques, Rosa Lourenço, Nuno Ricardo Dinis de Abreu, Francisco Alves da Silva Ramos, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Luis Manuel Inês Cavaco, Nuno Nabais Santos, João Gomes Boavida, Manuel dos Santos Ferreira, Romão Bатуca Lavadinho, Luis Lucas Lopes, Gabriel Baptista Fernandes, Nelson Pinto Antunes, Luis Graça Gonçalves, Paulo Moreira e Sofia Margarida Vala Rocha.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Modesto Fernandes Navarro (PCP) e Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP). -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Rosa Lourenço. --

----- Sofia de Oliveira Dias Figueiredo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Penha de França, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Manuel dos Santos Ferreira. -----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques. -----

----- Rui Paulo Figueiredo (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Boavida. -----

----- Augusto Miguel Gama (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu. -----

----- Ricardo Saldanha (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães. -----

----- Vasco Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira. -----

----- Carlos de Apóim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves. -----

----- Margarida Maria Moura da Silva Almeida Saavedra (PSD), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sofia Vala Rocha. -----

----- Carlos José Pereira da Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu. -----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Francisco Alves da Silva Ramos. -----

----- Ricardo Amaral Robles (BE), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP), pelo período compreendido entre 28 de abril e 24 de maio de 2017, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Luis Cavaco. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Nabais Santos. -----

----- Solicitou a suspensão do mandato, a Deputada Municipal Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal Nuno Ferreira Pintão, durante o período de 90 dias, entre 17 de abril e 15 de julho de 2017, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Solicitou a suspensão do mandato, o Deputado Municipal José Manuel Rodrigues Moreno (PNPN - Presidente da Junta de Freguesia de Parque das Nações), sendo o mandato assumido pelo Deputado Municipal Luis Lucas Lopes, durante o período de 46 dias, período compreendido entre 28 de abril e 12 de junho de 2017, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Através da Ata da Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa número 45/2017, de 2 de maio de 2017, foi deliberado o seguinte a descrever: -----

----- Justificar a falta do Deputado Municipal Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS) na 136ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (89ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 21 de março de 2017. -----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro (PS), Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS- Presidente da Junta Freguesia de Campo de Ourique), Deolinda Carvalho Machado (PCP) e Miguel

Tiago Crispim Rosado (PCP), na 137ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (90ª Sessão Extraordinária), realizada no dia 28 de março de 2017.-----

----- Justificar as faltas dos Deputados Municipais: Fábio Martins de Sousa (PCP- Presidente da Junta de Freguesia de Carnide) e Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), na 138ª reunião da Assembleia Municipal de Lisboa (2ª Sessão Ordinária), realizada no dia 11 de abril de 2017.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Paula Marques e Catarina Albergaria.

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, António Prôa, João Gonçalves Pereira e José Cal Gonçalves.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, ainda não temos quórum, mas eu gostaria de lembrar aos Senhores Deputados a regra Regimental que quem queira fazer Declarações Políticas deve comunicar essa intenção à Mesa até ao início da Sessão. Portanto, ainda só tenho 3 inscrições na Mesa. Tenho inscrições do Partido Socialista, do Partido Ecologista Os Verdes e do Partido Comunista Português, portanto, pergunto se os outros partidos se querem inscrever.” -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião. -----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, estamos em condições de começar a Sessão. -----

----- Pedia à Senhora 1ª Secretária para vir para a Mesa por favor. -----

----- Senhores Deputados, eu lembro o preceito Regimental, hoje é um dia de Declarações Políticas, eu lembro o preceito Regimental que, para usar da palavra nas Declarações Políticas, devem comunicar essa intenção à Mesa até ao início da Sessão e até ao início da sessão de hoje, temos 8 inscrições. Há 2 forças políticas que não se inscreveram, confirmaram que não se queriam escrever, portanto, não haverá falhas. --

----- Senhores Deputados eu pedia que sentassem, esta é uma Sessão comemorativa especial.-----

----- Eu pedia que ocupassem os vossos lugares. -----

----- Os serviços da Assembleia Municipal prepararam-nos um pequeníssimo filme para recordarmos o 25 de Abril e o 1º Maio de 74 para lembrarmos, no início desta Sessão, mas eu pedia a vossa atenção e o vosso silêncio. -----

----- Se pudessem sentar-se para nós podermos dar início. Ó Senhores Deputados, parece que não ouvem a Mesa, acho um bocadinho de falta de respeito, ou sou eu que não estar a falar alto suficiente? Estou a falar alto suficiente. Peço então a todos que ocupem os vossos lugares e pedia aos serviços então para baixar a luz e mostrarem o pequeno que prepararam com base em material de arquivo da RTP.” -----

----- **(Neste momento foi apresentado um filme de comemoração do 25 de Abril e do 1º Maio de 1974).**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “As imagens estavam pouco temidas, como viram, mas são imagens do primeiro dia, é uma reportagem original do José Fialho Gouveia e a voz que se ouve no fim é do Mário Viegas, a dizer um poema do Manuel Alegre, ‘nós voltaremos sempre em Maio’.

----- Posto isto, vamos então iniciar formalmente a nossa Sessão.”

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Vou pedir aos serviços que nos façam chegar aqui ao microfone, as pessoas que estão inscritas para falar em nome do público.

----- Foi também alguma coisa que só o 25 de Abril nos trouxe, esta possibilidade das pessoas se poderem dirigir aberta e diretamente aos seus eleitos democraticamente.

----- A primeira pessoa que vai usar da palavra é o Senhor Fernando Miguel Gamboa Carvalho. Vai-nos trazer aqui um problema relacionado com o Estudo de Ordenamento do Estacionamento, realizado na Azinhaga das Carmelitas, e vamos ouvi-lo, são 3 minutos, quando estiver próximo do fim eu faço-lhe assim 7um sinal com o microfone, para saber do seu tempo, se faz favor”.

----- **O Senhor Fernando Miguel Gamboa Carvalho** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:

----- “Uma boa tarde, Senhora Presidente.

----- *Eu sou morador na Azinhaga das Carmelitas que foi alvo de uma intervenção da EMEL, no início deste ano. Existem algumas questões que ficaram por responder, que tenho colocado a várias Divisões da Câmara e à EMEL e que estão sem resposta.*

----- *São 2, a 1ª questão. Esta é uma imagem, Senhora Presidente. Tenho aqui em papel.”*

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, interrompeu:

----- “Farei distribuir, deixe estar que eu farei distribuir no final, eu farei distribuir por todos.”

----- **O Senhor Fernando Miguel Gamboa Carvalho** no uso da palavra, continuou: -

----- *“É uma imagem da Azinhaga das Carmelitas onde se vê o estacionamento traçado pela EMEL e no final da Azinhaga, passamos para o largo da Luz. E a minha 1ª questão é porque é que o estacionamento da EMEL ficou só pela Azinhaga das Carmelitas e não abrangeu o Largo da Luz. Eu vou entregar, depois, no final, as fotografias, onde se vê uma fotografia do Largo Luz, onde os carros estacionam livremente sem terem que pagar nada e que fica mesmo ao lado e, portanto, não há razão para irem pagar parquímetro à Azinhaga das Carmelitas.*

----- *A 2ª questão, que é mais grave, é, nesta imagem, também se vê um passeio que termina e não há uma zona de circulação para peões na Azinhaga das Carmelitas e o que é grave aqui é que a Azinhaga dá acesso a 2 Escolas Secundárias, o Externato da Luz e a Escola Secundária Virgílio Ferreira e, no final desta rua, tem que se passar por uma passagem estreita onde fisicamente só passa um carro, mas onde, devido à falta de sinalização, até poderiam passar 2, mas não passam, e além de não passarem 2 carros, não há passeio, novamente.*

----- Portanto, aquilo que eu vinha aqui pedir à Assembleia era uma resposta, em termos de segurança, supostamente existe um projeto de requalificação desta Azinhaga que inclui passeios, esse projeto está pendente desde 2014m foi aprovado no orçamento participativo. A mim não me serve como resposta que o passeio vai ser construído no Projeto de Requalificação, porque esse Projeto estamos em 2017 e ainda não foi feito. -----

----- Portanto, o que eu peço, novamente é segurança nesta Azinhaga, segurança para as crianças, vivem centenas de crianças nesta Azinhaga, embora não seja visível na fotografia que eu vou entregar, existe um conjunto de prédios com centenas de inquilinos, incluindo esse que têm crianças que frequentam as 2 Escolas Secundárias, passam diariamente, incluindo os meus filhos, tenho 3 filhos, passam diariamente, 2 vezes, uma de manhã e outra ao fim do dia, por uma zona estreitíssima onde só passa um carro e que não tem passeios e, portanto, esta é a principal questão. -----

----- Não venho pedir promessas nem projetos que esses já foram feitos, queria era uma execução, se foi tão fácil para a EMEL traçar o estacionamento, e já agora, numa das respostas que a EMEL me disse, foi: os estacionamentos foram traçados com base na geometria. Portanto, não há plano nenhum, isto vê-se pela fotografia, foram desenhadas umas linhas. Então que a geometria também sirva para dimensionar o passeio, porque pela geometria também se percebe onde é que as pessoas passam, que é na estrada. É só chegar lá, está aqui o passeio, o passeio termina junto à máquina do parquímetro, é fazer a curva e continuar até ao fundo da rua, só isto.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só isso pode fazer a diferença entre as pessoas atravessarem com segurança e não fazerem, portanto, é importantíssimo o assunto que trouxe aqui, normalmente o que fazemos e deve saber que é assim que se procede. A Câmara não pode responder diretamente aos cidadãos na Assembleia Municipal, portanto, o que fazemos é que transcrevemos a sua intervenção, juntamos as fotografias, enviamos à Câmara e assim que a Câmara nos dê a resposta, receberá a resposta.” -----

----- **O Senhor Fernando Miguel Gamboa Carvalho** no uso da palavra acrescentou:

----- “Eu não tenho nada contra a EMEL, nem contra os parquímetros, houve algumas manifestações. É passeio.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- “O que interessa são os factos que trouxe aqui, muito bem e é isso que vamos tentar esclarecer. Muito obrigada pela sua intervenção. -----

----- Vamos dar a palavra agora ao Senhor Fernando Bandeira de Melo que traz um problema relacionado com o projeto do quarteirão do Rato. O Senhor Fernando Melo pode subir, o Microfone já está ligado, portanto, é só usar da palavra.” -----

----- **O Senhor Fernando Bandeira de Melo** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, boa tarde a todos. -----

----- *Eu venho aqui assim tentar saber qual é a situação de um projeto, do qual eu tive conhecimento, de uma abertura de uma rua entre a Rua da Escola Politécnica e a Rua de São Bento, é uma rua que, no projeto, parece que tem 10% de inclinação, não me parece, parece-me um bocado excessivo, passa por cima de um dos braços do Aqueduto das Águas Livres e implica com árvores classificadas no Largo Hintze Ribeiro.* -----

----- *Também gostaria de saber sobre um processo que se encontra em aprovação, que já teve alguns Pareceres negativos, é o chamado quarteirão do Rato, a construir por trás dos prédios da Rua da Escola Politécnica e passará a ter acesso pela referida rua que falam em abrir.* -----

----- *Pelo que pude consultar no processo, haverá uma redução drástica de lugares de estacionamento no Largo Hintze Ribeiro, neste momento, são de 72 e no projeto fica 5 lugares de estacionamento, o que me parece muito pouco para todos os moradores e visto que na Rua de São Bento, desde o Largo do Rato até às piscinas de São Bento, não há um único lugar onde sequer encostar um carro. Já nem falo de estacionar, nem sequer encostar um carro.* -----

----- *Além disto também tem lá um hotel, que acabou de inaugurar há relativamente pouco tempo, também frente ao largo Hintze Ribeiro.* -----

----- *Gostava de saber também se no projeto está contemplado alguma segurança, pois encontra-se também uma creche da Misericórdia no Largo Hintze Ribeiro, com a consequente tomada e largada das crianças, os pais a deixarem as crianças na creche. E do dito hotel que não tem sequer onde parar, qualquer hóspede para descarregar ou para pôr uma mala, terá que o fazer no meio da Rua de São Bento, também não me parece normal.* -----

----- *Não sei se a Rua não irá ter uma consequência que é: tirar o trânsito do Largo do Rato e coloca-lo no Largo Hintze Ribeiro, não me parece é que o Largo tenha capacidade para qualquer tipo de trânsito, quanto mais se isso acontecer.* -----

----- *Também gostava de saber se será tido em conta o impacto da qualidade de vida dos moradores do largo, visto morarem numa zona tranquila com árvores à frente, num largo, e irmos passar uma rua, e volto a frisar, com 10% de inclinação, basta os carros estarem a arrancar o ruído é excessivo e, por último, gostava de saber qual a justificação para a abertura desta Rua com estas características e neste local e com todos os problemas envolventes.* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, eu testemunho, efetivamente, de tudo o que disse, por uma razão simples, porque eu moro também exatamente aí, no Largo Hintze Ribeiro, e portanto também sou um dos moradores preocupados com esta questão, e sei que a Junta de Freguesia também já promoveu a discussão pública desta matéria, mas vamos apurar exatamente o que é que se passa e lhe daremos a devida resposta através de carta que irei enviar à Câmara, com a transcrição da sua intervenção, vamos responder com objetividade. Muito obrigado, boa tarde. -----

----- Temos agora Senhora Dona Júlia de Almeida Pereira Afonso que vem colocar um problema relacionado com o mau estado de habitação Municipal e traz algumas fotografias, e vamos dar atenção”-----

----- **A Senhora Júlia de Almeida Pereira Afonso** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Senhora Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.* -----
----- *É o seguinte, eu venho aqui apresentar o caso da casa onde eu estou a habitar com um irmão em que, no dia em que nos foi atribuída a casa, a Senhora da Vereadora Doutora Paula Marques teve o cuidado de nos dizer para vermos ao pormenor tudo aquilo que estava mal na casa, assim o fiz, tenho corrido tudo, desde a Câmara, a Gebalis, a Gebalis diz que não têm nada a ver com o assunto, e eu tenho aqui os documentos a apresentar todas as irregularidades que estão na casa. Gostaria que as coisas fossem reparadas, não é? Porque tem mau aspeto*”.-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra perguntou:

----- “Muito bem, se tem as fotografias, se as pode deixar, pode-nos deixar cópia das fotografias?”-----

----- **A Senhora Júlia de Almeida Pereira Afonso** no uso da palavra respondeu: -----

----- “*Sim, sim, sim, claro.*”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou:

----- “Muito bem, Senhora Júlia, a Senhora Vereadora, aliás, também está presente, também ouviu a sua a sua intervenção. Nós vamos agora perguntar formalmente, juntar as fotografias, e assim que a Câmara nos envie resposta, terá a devida resposta. Muito obrigada Senhora Dona Júlia, boa tarde.-----

----- A última intervenção é da Senhora Dona Maria Virgínia, que vem aí, Maria Regina Guerreiro Ferreira de Almeida. Vem pôr um problema relacionado com uma construção clandestina no topo do edifício na rua Raquel Roque Gameiro, em Lisboa e, portanto, vamos ouvir a Senhora Dona Maria Virgínia tem para nos dizer.”-----

----- **A Senhora Maria Virgínia Guerreiro Ferreira de Almeida** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Quero começar por cumprimentar a Senhora Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e todos os presentes que estão aqui nesta sala e passo ao assunto que me traz aqui.*-----

----- *Na realidade, trata-se de uma construção clandestina. Há uma série de anos, ainda no fim do mandato do Presidente Abecassis, foi aprovado o loteamento que ficou entalado entre a rua Duarte Galvão e a rua Raquel Roque Gameiro e ficou entalado porque os prédios destas ruas são prédios que têm 7/8 andares e o loteamento tem 3 andares e está mesmo entalado. Na altura, foi feita uma petição, um pedido à Câmara para que esse loteamento não fosse construído, os moradores da rua Duarte Galvão fizeram esse abaixo-assinado mas, na altura não era possível vir à Assembleia Municipal e não houve possibilidade de parar aquele loteamento. O facto é que depois do loteamento estar construído, nas traseiras, precisamente, do espaço mais curto, entre esse loteamento e as traseiras dos prédios da rua Duarte Galvão, num fim de semana foi construído mais um andar, um clandestino, que ocupa o espaço*

completo de um dos lotes. Portanto, um 4º andar, e eu desde o ano de 2002 venho pedindo junto da Câmara Municipal para que me dê resposta sobre aquela construção clandestina.-----

----- Na realidade, foi feita uma 1ª queixa em 2002, que deu origem a uma vistoria, o Engenheiro que foi vistoriar concluiu que aquilo necessitava de demolição e, pouco depois, ou não sei em que altura, porque não me foi dado conhecimento, o processo foi arquivado.-----

----- Eu tornei a fazer uma 2ª queixa em 2012, porque, sistematicamente há barulho incomodativo, há uma quebra de privacidade, porque o clandestino que foi construído no topo desses 3 andares, portanto, que constitui o 4º andar, é todo envidraçado para as traseiras da minha casa, portanto, é na totalidade envidraçada, enquanto que os andares de baixo, os 3 andares que estão legalizados, têm janelas. -----

----- Eu em 2002 fiz, como disse, mais uma queixa que deu direito a nova vistoria, deu direito a um projeto de Arquitetura que a Câmara solicitou, no sentido de ver se seria possível legalizar aquele clandestino, esse projeto não foi aprovado, foi pedido um 2º projeto, o 2º projeto, também não foi aprovado e finalmente, a Câmara em 2016 intimou a demolição.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra informou: -

----- “Eu vou-lhe pedir para sintetizar porque já terminou o tempo.”-----

----- **A Senhora Maria Virgínia Guerreiro Ferreira de Almeida** no uso da palavra continuou: -----

----- “Exatamente, o que passa é que ninguém liga meia aos pedidos da Câmara para demolir e eu tenho, sistematicamente, pedido à Câmara informação, informação também, sistematicamente, vai para o Senhor Presidente, do Senhor Presidente para o Senhor Vereador, do Senhor Vereador para o Diretor de Serviços, que consideram que o assunto não é prioritário e eu estou à espera há 14 anos e meio e penso que a razão me assiste, porque há uma clara quebra da Lei vigente e do Plano Diretor Municipal e nada é feito. -----

----- Eu desisto, neste momento, de contactar os técnicos da Câmara, porque contactei tem muitas vezes e venho aqui, simplesmente, pedir para ver se é possível fazer pressão no sentido de que a lei seja cumprida. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Dona Maria Virgínia.-----

----- Este período para o público se exprimir é exatamente, um dos seus objetivos, é que as pessoas possam apresentar coisas que não estão a correr bem, ou que não têm resposta e, portanto, assim faremos. A sua intervenção será transcrita, será enviada para a Câmara Municipal e certamente que deveremos ter uma resposta formal da Câmara para lhe poder enviar. Muito obrigada. -----

----- Terminámos as intervenções do público, que eu agradeço. -----

----- Queria dizer aos Senhores Deputados que houve uma falha aqui na Mesa, porque antes do início da Sessão, eu devia ter lido o que se passa com uma substituição, que é importante, que é a Senhora Deputada Sandra da Graça Lourenço Paulo Deputada

Municipal eleita diretamente, veio pedir hoje a renovação da suspensão do seu mandato durante mais 90 dias, por afastamento temporário da área do Município, ao abrigo da lei, portanto, há aqui a legislação que contempla isto. A vaga é preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista que é o Deputado Nuno Ferreira Pintão, e já assim estava a ser, está verificar a identidade e a legitimidade e, portanto, já foi, pela Mesa, assinado o termo, e tinha que dar conhecimento desta circunstância no início da Sessão.-----

----- Antes de pormos à vossa consideração as Atas 135 e 137, eu aproveito para chamar à atenção dos serviços que elas não estão no *site*, portanto, tem que ser colocado o *draft* da Ata no site, da Ata 135 e 137 e antes de passarmos a esse ponto da Ordem de Trabalhos, temos um voto de pesar que vou pedir à 1ª Secretária para ler pelo falecimento recente do Doutor Nuno Brederode dos Santos.”-----

----- **Voto de Pesar nº 7/139 – Pelo Falecimento de Nuno Brederode dos Santos, apresentado pelo Grupo Municipal do PS:**-----

----- “Nuno Brederode dos Santos faleceu no dia 29 de abril aos 73 anos, de doença prolongada em Lisboa.-----

----- Nuno Brederode dos Santos nasceu em Campo de Ourique em 14 de dezembro de 1944, e ficou conhecido pelas suas crónicas no semanário Expresso, que escreveu ao longo de 17 anos, tendo posteriormente passado para o Diário de Notícias entre 2006 e 2009.-----

----- Pelas suas crónicas no Expresso, ganhou o Prémio Gazeta Crónica, do Clube de Jornalistas, em 1990. No mesmo ano publicou uma coletânea dessas crónicas no livro "Rumor Civil", publicado pela editora Relógio d'Água.-----

----- Fez a sua vida profissional no Instituto de Participações do Estado, filiou-se no Partido Socialista em 1977 e foi conselheiro político do Presidente da República Jorge Sampaio, entre 1996 e 2006.-----

----- Nuno Brederode dos Santos foi um observador atento da vida portuguesa, analista político de enorme capacidade de visão e previsão, dotado de uma grande inteligência, com um apurado espírito crítico e aguçado sentido de humor.-----

----- Foi um homem de convicções fortes, de ideais e princípios republicanos e de esquerda inabaláveis.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 2 de maio de 2017, que delibere:-----

----- 1. Expressar o seu grande pesar à família de Nuno Brederode dos Santos.-----

----- 2. Propor à Câmara Municipal de Lisboa que atribua o nome de Nuno Brederode dos Santos a uma artéria de Lisboa ou a um espaço público relevante da capital.-----

----- 3. Propor que nesta sessão da Assembleia Municipal de Lisboa seja observado um minuto de silêncio em homenagem à memória de Nuno Brederode dos Santos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, está lido o Voto de Pesar, a Mesa vai à votação este Voto, é o Voto 7/139, vamos por à votação.-----

----- Vamos passar à votação deste **Voto de Pesar nº 1/139** pelo falecimento de Nuno Brederode dos Santos. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN e PNPN. O **Voto de Pesar nº 1/139** foi aprovado **por unanimidade**.-----

----- Vamos fazer um minuto de silêncio.-----

----- Muito obrigado Senhores Deputados.”-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 - APROVAÇÃO DAS ATAS Nº 135, DE 14.03.2017 E Nº 137, DE 28.03.2017;**-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Vamos passar agora então a pôr à vossa consideração as atas 135 e 137.-----

----- Peço desculpa delas não terem sido colocadas devidamente no *site* da Assembleia, com esta sessão de feriados houve este lapso.-----

----- Ninguém pede para se pronunciar, vamos pôr à votação separadamente.-----

----- Vou pôr à votação **Ata 135 de 14 de Março de 2017**. Não há votos conta e nem abstenções. Está **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores deputados que estiveram ausentes na Reunião.-----

----- Vou pôr à votação **Ata 137 de 28 de Março de 2017**. Não há votos conta e nem abstenções. Está **aprovada por unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores deputados que estiveram ausentes na Reunião.”-----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. nº 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação das Atas 135 e 137, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

----- Ata n.º 135, Sessão Extraordinária, realizada em catorze de março de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: José Cardoso Alves (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Jorge Jacinto Marques (PS), João Boavida (PS), Manuel Santos Ferreira (PS), Daniel Gonçalves Silva (PSD), Paulo Moreira (PSD), Sofia Vala Rocha (PSD), Nuno Dinis Abreu (PCP), Romão Batuca Lavadinho (PCP), Isabel Rua Pires (BE), Gabriel Fernandes (CDS-PP) e Nuno Nabais Santos (IND).-----

----- Ata n.º 137, Sessão Extraordinária, realizada em vinte e oito de março de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: João Boavida (PS) Manuel Santos Ferreira (PS), Miguel Coelho (PS), Diogo Leão Rodrigues (PS), João Robalo Pinheiro (PS), Pedro Cegonho (PS), Luis Cavaco (PS), Sofia Vala Rocha (PSD), Romão Batuca Lavadinho (PCP), Isabel Rua Pires (BE) e Maria Luisa Aldim (CDS-PP).-----

----- **PONTO 2 - SESSÃO COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL E DO 1.º DE MAIO - DECLARAÇÕES POLÍTICAS (COM MOCÇÕES E RECOMENDAÇÕES), AO ABRIGO DO ARTIGO 40º DO REGIMENTO; GRELHA J, LIMITE MÁXIMO 280 MINUTOS; INTERVENÇÕES; VOTACÕES.**-----

----- (O Voto de Saudação nº 1/139 apresentado pelo BE – ‘Viva o 25 de Abril’, fica anexado à presente ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Voto de Saudação nº 2/139 apresentado pelo PEV – ‘43º Aniversário 25 de Abril’, fica anexado à presente ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Voto de Saudação nº 3/139 apresentado pelo PCP – ‘43º Aniversário da Revolução de 25 de Abril 1974’, fica anexado à presente ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante)-----

----- (O Voto de Saudação nº 4/139 apresentado pelo BE – ‘1º de Maio – Tempo de acabar com a precariedade’, fica anexado à presente ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Voto de Saudação nº 5/139 apresentado pelo PEV – ‘1º de Maio – Dia Internacional do Trabalhador’, fica anexado à presente ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- (O Voto de Saudação nº 6/139 apresentado pelo PCP – ‘1º de Maio – Dia Internacional dos Trabalhadores’, fica anexado à presente ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Moção nº 1/139 apresentada pelo PS – ‘25 de Abril e 1 de Maio -Por um País de Oportunidades’, fica anexada à presente ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- (A Recomendação nº 1/139 apresentada pelo PCP fica anexada à presente Ata, como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Entramos no ponto 2 da nossa Ordem de Trabalhos que tem a ver com as Declarações Políticas.-----

----- Foram inscritas 8 forças políticas para as Declarações Políticas.-----

----- Quero lembrar aos Senhores Deputados, como é que se processa, em termos regimentais, este debate.-----

----- Cada intervenção política pode ser feita por um Deputado, ou mais que um Deputado, de seguida. São 8 minutos iniciais, depois desses 8 minutos, todos os outros Grupos Municipais podem colocar perguntas, se assim o entenderem, a quem falou. As perguntas são respondidas, no final das perguntas, são respondidas pela força política que fez a Declaração Política, por um período de 4 minutos e, portanto, e é isto.-----

----- Peço para estarem atentos para procedermos em conformidade. -----

----- Vamos então agora dar a palavra à primeira força política inscrita. -----

----- São 8 minutos que esta primeira intervenção, depois haverá perguntas, se houver perguntas haverá mais 4 minutos para respostas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos e cidadãs. -----

----- 43 anos após o 25 de Abril 1974 e do 1º de Maio que se lhe seguiu, celebrados em liberdade, temos bons motivos para celebrar com reconhecimento e esperança, quer o 25 de Abril que é o 1º de Maio. -----

----- Reconhecimento a todas e todos que lutaram contra o fascismo, aos Capitães de Abril e a todos os que se empenharam durante estes 43 anos em dar substância aos direitos políticos, económicos, sociais e culturais consagrados na Constituição da República e que tão importantes foram na luta pelos direitos dos trabalhadores, dos jovens e dos reformados durante os anos da troika. -----

----- Não podemos esquecer a luta pelo trabalho decente, com direitos, por parte de sucessivas gerações de filhos de homens que nunca foram meninos, como se podem ver nas páginas do grande escritor Soeiro Pereira Gomes, e que se traduziu na conquista de direitos pelos trabalhadores depois do 25 de Abril e que prossegue hoje no combate ao desemprego e à precariedade. -----

----- É justo recordar que a gestão socialista do Município de Lisboa foi pioneira no combate à precariedade tendo realizado, até hoje, a maior operação de integração de cerca de 900 trabalhadores precários em 2008/2009 e a Câmara de Lisboa, juntamente com as Empresas Públicas Municipais, tem sido a identidade pública que mais tem admitido trabalhadores com vínculos permanentes. -----

----- Ao comemorarmos as conquistas de Abril, não podemos esquecer a democracia de proximidade, que o poder local democrático promoveu, contribuindo decisivamente para a radicação dos valores democráticos do 25 de Abril, dando resposta às necessidades e aspirações concretas das populações. -----

----- A Região Administrativa de Lisboa valorizou a intervenção das Freguesias que passaram a ter, para além das competências que já dispunham, outras competências próprias até aí exercidas pela Câmara de Lisboa, o que permite uma maior proximidade na resposta às necessidades e aspirações dos cidadãos. -----

----- A Câmara Municipal pode assim dedicar-se a prosseguir ou a assumir novas áreas de intervenção, que correspondem à satisfação de necessidades básicas dos cidadãos e que, hoje, apenas referirei o acesso à habitação, à saúde e aos transportes públicos urbanos decentes e a preços acessíveis. -----

----- A habitação na cidade de Lisboa, uma área de ação fundamental para o Município, não só pela sua importância económica, social e política para a vida da cidade, mas porque é um direito de cidadania, o direito à habitação, tal como está consagrado na Constituição, não é mera faculdade ou orientação, mas sim, uma obrigação. -----

----- É por isso que, em Lisboa, foi lançado o ‘Programa Renda Acessível’, um programa que vem dar resposta às necessidades da classe média que procura andamento em Lisboa, são quase 7 mil casas a preços controlados, com valores que não representam mais de 35% do rendimento disponível das famílias. A 1ª operação deste programa já foi aprovada e disponibilizará 123 apartamentos na Rua de São Lázaro no Martim Moniz, com uma renda mensal entre 150 e 300 euros. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa dispõe ainda de outros programas de habitação e desenvolvimento local com o caso do ‘Programa de Renda Apoiada’ são mais de 23 mil habitações que acolhem 70 mil pessoas. -----

----- A intervenção do Município, é pois, fundamental e os investimentos são necessários. As ações têm-se multiplicado e estão em curso operações de regeneração

em 21 bairros, bem como a construção de 500 novas casas no Bairro do Padre Cruz e Bairro da Boavista, estamos a falar de 85 milhões de euros, o maior investimento em 40 anos. -----

----- No âmbito do Programa de Reabilitação de Fogos Municipais, desde 2012, foram reabilitados 1053 fogos, maioritariamente localizados em Bairros Municipais dos quais 45 tiveram conclusão da reabilitação no período em referência, estão em obra ou em preparação da empreitada 946 fogos dos quais 40 com a obra em execução, 71 em empreitada adjudicada a aguardar consignação, 152 em concurso, 366 em fase de preparação da empreitada, 44 em avaliação e 273 a aguardar procedimento. -----

----- No âmbito dos vários programas em curso desde o início do mandato, novembro de 2013 até ao final do mês de Março de 2017, foram já atribuídas 1160 habitações. ---

----- Na área da saúde, a Câmara de Lisboa e o Ministério da Saúde celebraram no dia 14 de Março, o acordo para a construção de 14 Centros de Saúde. -----

----- Trata-se do maior investimento em saúde primária em Lisboa nos últimos anos e vai servir mais de metade da população de Lisboa, aumentando a cobertura a mais 3 Freguesias e aumentando também as valências de saúde prestadas, nomeadamente em termos de saúde dentária, oftalmologia, métodos de diagnóstico. -----

----- O programa ‘SNS Mais Próximo’ que tem como objetivo substituir 11 Centros de Saúde que, atualmente, funcionam em prédios e espaços sem condições e acrescentar 3 novas unidades de saúde em zonas com fraca cobertura de cuidados primários públicos, como é o caso do Parque das Nações, Telheiras e Restelo. Essas unidades de saúde correspondem a uma cobertura de mais de 300 mil utentes do Serviço Nacional de Saúde. O Município fará um investimento de 30 milhões de euros em terrenos, projetos e na construção e o Governo assumirá a colocação das equipas técnicas e equipamentos. -----

----- Os novos centros resolverão os problemas de acessibilidade de cidadãos com mobilidade reduzida, com especial importância para os idosos, vão melhorar as condições de serviço e atendimento, permitindo a acessibilidade a pessoas com dificuldades nesta área. -----

----- A qualidade de vida na cidade de Lisboa mede-se pela oferta de proximidade a quem vive nos bairros através da oferta de espaços públicos, como praças, passeios públicos ou jardins, pela oferta de transportes públicos, como as linhas de bairro da Carris e também pela oferta de equipamentos de proximidade como Mercados, Escolas, Bibliotecas ou Centros de Saúde. -----

----- A passagem para o Município da gestão da Carris é um acontecimento portador de um futuro melhor para todos os cidadãos, que se irá traduzir progressivamente numa melhoria da qualidade do direito à mobilidade. A concessão do passe gratuito até aos 12 anos e a diminuição de 60% do preço dos passes para os mais de 65 anos tem contribuído para o aumento da utilização dos transportes públicos e para o aumento do número maior de pessoas que adquirem passes. -----

----- Recordemo-nos que diferente era a lógica da direita, que degradava a qualidade dos transportes públicos, os tornava mais caros e, por isso menos utilizados criando

condições para a sua privatização que, todos sabemos, foi travada com o novo ciclo político. -----

----- Os lisboetas têm motivo de orgulho na sua cidade, nos seus órgãos municipais e no seu património e responderam positivamente ao convite para visitarem os Paços do Concelho, incluindo o gabinete do Presidente da Câmara Municipal, no dia 25 de Abril, bem como a exposição com fotografias de grandes fotógrafos como o Alfredo Cunha, Carlos Gil e Mário Varela Gomes que evocam os momentos que se viveram na Praça do Município e no Terreiro do Paço na manhã do 25 de Abril 1974. -----

----- Lisboa é, hoje, uma cidade global, uma cidade tolerante e com uma grande qualidade de vida que atrai pessoas de todo o mundo para estudarem, trabalharem ou, simplesmente, para visitarem. Mas tudo isto não seria possível sem a madrugada do 25 de Abril de 74 que, nas palavras de Sophia de Mello Breyner Andresen, foi ‘o dia inicial inteiro e limpo / onde emergimos da noite e do silêncio / e livres habitamos a substância do tempo’. -----

----- Viva o 25 de Abril, viva Portugal.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, antes da próxima Declaração Política, a Mesa pergunta se alguém quer colocar alguma questão ao Senhor Deputado José Leitão, não vemos pedidos de palavra, falava vamos passar à Declaração Política seguinte, nesse caso.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Na Sessão de hoje comemoramos o 25 de Abril e o 1º de Maio. -----

----- Nesta comemoração, Os verdes fazem a justa homenagem a todos os que lutaram para que hoje pudéssemos comemorar o 25 de Abril: os militares de Abril e o povo que lutou e que nunca deixou de lutar para que Abril se cumpra, os milhares de homens e mulheres que ao longo destes 43 anos têm participado nas comemorações populares na Av. da Liberdade e noutras ruas do país, com a convicção e a alegria de quem luta por uma vida melhor. -----

----- Com o 25 de Abril de 1974, Portugal venceu o fascismo, abriu a porta da esperança para uma vida melhor, da liberdade, da democracia, da paz, da justiça social e da igualdade de direitos, da saúde e da educação para todos, do progresso. Foram alcançadas conquistas políticas, económicas, sociais, ambientais e culturais sem paralelo na nossa história. -----

----- Abril abriu portas a uma nova vida. E abriu portas à Constituição da República Portuguesa, que afirmou os direitos, liberdades e garantias, materializando os sonhos e aspirações dos portugueses, por que muitos lutaram e perderam a vida. Também o Poder Local, expressão e conquista de Abril, viu consagrados os seus princípios democráticos essenciais na Constituição. -----

----- 43 anos após a Revolução dos Cravos, comemorar Abril é lembrar tudo isto, mas é muito mais e não basta a memória. É preciso não permitir que nenhuma das portas que Abril abriu se encerre. -----

----- Ao longo destes 43 anos houve recuos e a destruição de algumas das conquistas fundamentais, sempre com a mais forte contestação dos que fizeram e dos que continuam Abril. E por cada passo atrás, é preciso dar dois passos em frente. Só assim estaremos mais próximos de concretizar Abril. -----

----- Nesta atual fase da vida política nacional, concretizaram-se medidas no plano da reposição de rendimentos e direitos, mas é preciso ir mais longe. -----

----- Lisboa é um exemplo claro do que falta cumprir: a especulação imobiliária, o favorecimento de privados e as graves carências a nível de habitação e de transportes são claras violações de Abril e da Constituição da República Portuguesa. -----

----- Também o Artigo 66º da Constituição, sobre Ambiente e Qualidade de Vida, continua por cumprir. Uma cidade com solos contaminados, que negligencia e privatiza a manutenção de espaços verdes, que comete crimes contra o Parque Florestal de Monsanto tem ainda muito de Abril por cumprir. -----

----- Há 43 anos libertámo-nos de um regime ditatorial. Hoje precisamos de políticas que nos libertem dos constrangimentos que nos querem impor, precisamos de recuperar a nossa soberania e o desenvolvimento do nosso país. Precisamos de políticas que trabalhem para as pessoas e não para os números. Precisamos de políticas que cumpram as esperanças criadas com o 25 de Abril e de políticas que cumpram a Constituição da República. -----

----- E Os Verdes acreditam que é possível e trabalham para isso, porque não há inevitabilidades, há políticas alternativas, e porque um povo que acredita e luta por um mundo melhor, tem força para a mudança necessária. -----

----- Passaram 43 anos mas a força, a esperança e a confiança mantêm-se. A história está longe de ter chegado ao fim e é tempo de cumprir Abril, de retomar o que ficou inacabado e de reerguer o que foi destruído. Como escreveu Ary dos Santos ‘e só nos faltava agora que este Abril não se cumprisse’. -----

----- Comemorar hoje Abril é uma homenagem a todos os que lutaram antes de nós e a todos os que lutam connosco, porque somos e seremos muitos muitos mil para construir o nosso Abril ainda inacabado. -----

----- O momento é também de saudação ao 1º de Maio, dia que juntou ontem milhares de trabalhadores, em defesa de melhores condições de trabalho e de uma vida digna. E juntaram-se também desempregados e reformados, jovens que ainda não são trabalhadores. Todos se uniram para dar voz às justas reivindicações e às aspirações de um futuro melhor. -----

----- Este dia foi declarado em homenagem às lutas de Chicago de 1886, em que milhares de operários fizeram uma greve geral para exigir jornadas de oito horas de trabalho. O que era uma reivindicação fundamental contra a exploração, levou a uma brutal repressão e a uma perseguição generalizada contra o movimento operário, com o assassinato e a prisão de trabalhadores e sindicalistas. -----

----- Em 1889, o 1º de Maio foi proclamado como o Dia Internacional do Trabalhador, em homenagem aos ‘mártires de Chicago’. -----

----- Desde esse dia até hoje, o movimento operário e sindical e a luta dos trabalhadores têm tido um papel determinante nas conquistas das condições laborais.--

----- Celebrar hoje o 1º de Maio é recordar os operários de Chicago, é saudar todos os trabalhadores em geral e as suas organizações representativas. -----

----- Foi com a luta dos trabalhadores que se alcançaram muitas conquistas, ainda insuficientes, que urge aprofundar e generalizar. É preciso ir mais longe. -----

----- Depois de anos de agressões brutais aos trabalhadores por parte da troika e do anterior Governo, hoje o tempo é de construir o futuro, de defender e de repor direitos.

----- O tempo é de rutura com a subordinação, com as políticas que promovem o desemprego, a exploração e a precariedade. O discurso de que o que interessa é ter um salário no fim do mês não serve os trabalhadores, porque os direitos não podem mais ser adiados. -----

----- Por muito que custe a alguns, o caminho até aqui foi feito, foram ultrapassados obstáculos, e valeu a pena batalhar e contrariar o que nos apresentaram como uma inevitabilidade.-----

----- Mas não chega! E o nosso compromisso é continuar este caminho. -----

----- Consagra a Constituição da Republica Portuguesa, no seu Artigo 58.º que ‘Todos têm direito ao trabalho’ e que ‘Para assegurar o direito ao trabalho, incumbe ao Estado promover’, entre outros princípios, ‘A execução de políticas de pleno emprego’. -----

----- No entanto, há problemas estruturais que se mantêm e que urge resolver. A Constituição está a ser desrespeitada quando temos o próprio Estado a não concretizar este princípio. -----

----- Se por um lado, o desemprego está a baixar, por outro, a precariedade não para de aumentar (8 em cada 10 empregos criados têm vínculos precários). -----

----- E isto significa que todos estamos convocados para esta mudança e que é fundamental valorizar o trabalho e os trabalhadores, aumentar salários, reduzir e harmonizar os horários de acordo com a vida dos trabalhadores e das suas famílias e de efetivar a contratação coletiva, entre tantas outras medidas que ainda faltam.-----

----- Há determinação, há vontade, há soluções e há um caminho a percorrer. E isto só se consegue com a afirmação dos valores de Abril e da Constituição da República Portuguesa. -----

----- Celebrar hoje o 1º de Maio, a bandeira mais alta da afirmação dos direitos dos trabalhadores, também é cumprir Abril. -----

----- Abril e Maio são para cumprir, todos os dias, porque além de passado, são também presente e futuro!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Deputada, a Mesa pergunta se algum Senhor Deputado quer colocar alguma questão à Senhora Deputada Cláudia Madeira? Não sinalizamos pedidos de palavra, vamos passar à Declaração Política seguinte.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Executivo. -----

----- A Sessão de hoje desta Assembleia Municipal comemora e evoca, e bem, o 25 de Abril e o 1º de Maio, sobre os quais o Bloco de Esquerda se pronuncia também, saudando todas e todos os que construíram a revolução que nos deu a democracia. -----

---- Em 2017 comemoramos 43 anos de conquista da liberdade em Portugal, após décadas de ditadura, mas também comemoramos os 131 anos da memória dos trabalhadores e trabalhadoras de Chicago, que saíram à rua em 1886 por direitos laborais e que tão reprimidos foram. Assinalar estas datas tem significado histórico importante, pois não devem cair no esquecimento mas, também, por outro lado, permitem uma reflexão sobre o presente e o futuro do nosso país, da Europa e do mundo. -----

----- Se há 43 anos, o nosso país se libertou do regime ditatorial e fascista que nos empobreceu durante décadas, fomentou a perseguição às liberdades mais fundamentais e atirou uma geração inteira para uma guerra colonial insustentável, hoje assistimos a um momento político bem diferente do que estávamos habituados. -----

----- Depois de termos assistido ao fim da intervenção da troika e ao afastamento do Governo do PSD/CDS que em tanto foram além da troika, emergiu uma nova solução política com um governo minoritário do Partido Socialista, com apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda, Bloco de Esquerda, Partido Comunista Português e Partido Ecologista, Os Verdes. É uma solução que está a permitir avanços significativos para os cidadãos e cidadãs: a reposição de rendimentos retirados durante o Governo anterior a pensionistas e reformados, o aumento do salário mínimo que chegará aos 600 euros em 2019, a execução do programa de regularização dos precários do Estado, avanços na legislação que combate o trabalho forçado, a reposição das 35 horas no setor público, entre outras medidas que têm a capacidade de ter influência direta, e a longo prazo, na vida de quem trabalhou ou de quem trabalha. Mas, como qualquer projeto, nada é imediato e o caminho está longe de estar terminado. -----

----- Sabemos todos e todas do tanto que ainda está por alcançar, as 35 horas para o setor privado, a reposição de normas do Código de Trabalho como o princípio do tratamento mais favorável ou o princípio vigência das convenções coletivas, alterações ao regime contributivo dos recibos verdes, para quem trabalha, e o combate à precariedade também no privado. E para prosseguir esse caminho de reposição de rendimentos e direitos laborais, estaremos para trabalhar, também, porque não esquecemos as responsabilidades das lutas dos trabalhadores e reivindicações do 1º de Maio que, ainda ontem, teve um grande exemplo, dessas mesmas lutas. -----

---- Sabemos também que os constrangimentos são muitos em especial aqueles que nos amarram a tratados europeus cujo único propósito, e resultado ao mesmo tempo, é asfixiar a economia e o estado social, em que as políticas de austeridade apenas têm provado que criam desemprego, aumentam a pobreza e aumentam as desigualdades. --

----- Não ver e não admitir que este projeto falhou, aos seus cidadãos e cidadãs, começa a tornar-se estranho, na medida em que impôs políticas sem ouvir ninguém e em nome dos mercados financeiros, hipotecou a vida de gerações mais novas e continuou, e continua, a inventar métodos de subjugar determinados países.-----

----- É também esta crítica este combate que, passados 43 anos do 25 de Abril, temos que fazer se o risco de deitar a perder as com as conquistas civilizacionais que fomos conseguindo, seja na área da saúde e da educação seja na área laboral ou dos direitos individuais.-----

----- É este combate às amarras da dívida e dos tratados europeus que precisamos fazer se queremos levar mais longe, acompanhando a evolução tecnológica, os direitos de quem trabalha.-----

----- 131 anos depois do início de uma luta, por vezes muito violenta e para alguns mortal, por 8 horas de trabalho, 8 horas de lazer e 8 horas de descanso, urge atualizarmos esta máxima aos dias de hoje e começar a olhar em frente em matéria de Código do Trabalho. E não é desfazendo as leis laborais que conseguiremos avanços, é sim tornando-as efetivamente mais protetoras do trabalhador e da trabalhadora. E não é por acaso que passados 131 anos, o tempo de trabalho continua a ser uma matéria longe de estar estabilizada e, portanto, é preciso para uma jornada de trabalho mais curta gerando mais emprego, emprego mais qualificado, mas sem perdas para o trabalhador, que sairá beneficiado no seu tempo de descanso, estudo, lazer, tempo para a família, etc.-----

----- Com o exemplo do tempo de trabalho, vemos facilmente que, celebrar 131 anos de um marco fundamental para a luta dos trabalhadores, não é apenas olhar para trás, mas sim, olhar para o futuro e para formas de dar mais dignidade a quem trabalha e uma maior distribuição da riqueza.-----

----- O Bloco de Esquerda associou-se às lutas na rua, tanto do 25 de Abril como do 1º de Maio, como sempre o fez.-----

----- Também na Assembleia Municipal de Lisboa tem feito o caminho necessário para concluir Propostas políticas da maior importância para as populações, desde a apresentação de Propostas que permitiriam colmatar o grave problema de habitação na cidade, até à aprovação da Recomendação que prevê a regularização de vínculos precários na Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- O poder local é também uma conquista democrática de Abril que tivemos Há 43 anos, mas deve também ser valorizado e o poder local tem que ter a capacidade de responder aos problemas reais que ainda assolam a população da cidade de Lisboa, uma rede de transportes públicos que carece de muito investimento, o poder local de Lisboa tem que ter a capacidade de parar a especulação imobiliária que torna, hoje, impossível a qualquer jovem ter casa e viver no centro da cidade.-----

----- Também no poder local, muito foi sendo conquistado, mas a cidade de Lisboa demonstra bem o que ainda está por fazer em matéria de direitos e dos combates pela concretização de muitos direitos constitucionais, sendo os mais relevantes a habitação a mobilidade, o trabalho e a saúde.-----

----- Sabemos que estes momentos de evocação e de celebração, tanto 25 de Abril como do 1º de Maio, são importantes para a democracia, é importante recordar e assinalar aquilo que foi conquistado até aos dias de hoje, mas há também, além da comemoração, o sentido de responsabilidade de fazer o que ainda está aquém daquilo que é esperado, dos combates que ainda são esperados, políticos, para, de facto, chegarmos a sempre mais e mais daquilo que foi a Constituição que conseguimos ganhar com 25 de Abril que, em muitos aspetos, foi sendo, nos últimos anos em especial, muito atacada e que urge muito rapidamente reverter muitos desses ataques, em nome não só da memória daqueles que lutaram por essa mesma democracia e por essa mesma Constituição, mas também em nome e pela responsabilidade dos que vêm para o futuro.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----
----- Senhores Deputados, pergunto algum Senhor Deputado quer colocar questões à Senhora Deputada Isabel Pires?-----

----- O Senhor Deputado Manuel Lage, a palavra ao Senhor Deputado Manuel Lage, aqui na 1ª fila.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Lage (PS)** no uso da palavra colocou a seguinte questão: -----

----- “Senhora Presidente, Senhora Deputada, para anunciar que, naturalmente, o Partido Socialista votará favoravelmente os votos aqui apresentados pelo Bloco de Esquerda. -----

----- No entanto, Senhora Deputada, para também dizer que é essencial não confundirmos a árvore com a floresta, isto para lhe dar nota de que há, efetivamente, regras a melhorar na União Europeia, possivelmente poderemos e temos de dar nota, temos de concordar que algo tem que mudar na União Europeia e é urgente que isso aconteça, aliás, temos vindo a ver os efeitos nefastos daquilo que é o populismo e a demagogia, aquilo que se vai alimentando e que vai levando a resultados estranhos também por esta Europa fora e que põem em causa a democracia e a própria construção europeia. -----

----- Mas Senhora Deputada, nós não podemos confundir aquilo que são aspetos a melhorar com a própria construção europeia e, portanto, o Partido Socialista não põe em causa a construção europeia com aspetos que possam ser melhorados nas regras europeias, que são fundamental, a construção europeia deve prosseguir, é essencial a permanência de Portugal na União Europeia e a construção europeia avançar, ela *per si* é fundamental é favorável para Portugal e não só para Portugal, para a Europa e para os restantes parceiros da União Europeia, como elemento fundamental do desenvolvimento que, aliás, tem sido benéfico como todos seremos capazes de reconhecer, ao longo dos anos, e desde que Portugal faz parte da União. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Pergunto se mais algum Senhor Deputado quer colocar alguma questão? Não sendo o caso, a Senhora Deputada Isabel Pires tem agora tempo para responder. O microfone à Senhora Deputada Isabel Pires.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente, agradecer ao Senhor Deputado a questão e o comentário que coloca à nossa Declaração Política e dizer apenas que, relativamente à União Europeia é, com certeza, um tema de discussão e de debate, às vezes mais aceso, outras vezes menos, mas que, a nosso ver, é um dos debates essenciais. E numa altura em que se recorda ganhos de democracia para o nosso país, importa também olhar para um processo político de construção, que já dura há muito tempo, e no qual Portugal já faz parte também há muitas décadas e os tais aspetos que existem a melhorar decorrem, exatamente, desse mesmo processo de construção e, portanto, eles não podem estar desligados, os aspetos que existem a melhorar, não podem estar desligados do processo de construção, que foi um processo com o qual o Bloco de Esquerda sempre veio a tecer muitas críticas, porque tem um cariz ideológico completamente neoliberal e que levou, exatamente, às consequências que nós temos vindo a ver, não só em Portugal, mas também outros países da União Europeia, que têm sofrido programas de austeridade acima daquilo que seria racional, por vezes, e por isso mesmo, é que consideramos que, nestes momentos, mas também em outros momentos, é importante continuar a falar sobre este tema, continuar a debater o processo de construção europeia e não é possível debater qualquer tema sem haver críticas e as críticas construtivas são sempre muito importantes, mas não vale a pena falarmos de aspetos a melhorar, se não vamos à raiz desses mesmos aspetos melhorar e desses mesmos problemas que, a nosso ver, estão no próprio processo de construção da União Europeia que levou ao estado coisas que nós temos atualmente e, quanto a isso, teremos sempre um grande debate e, com certeza, haverá momentos de consenso momentos de dissenso, mas é mesmo assim, o debate político.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, Senhores Deputados, terminada esta Declaração Política, com a resposta da Senhora Deputada Isabel Pires, vamos passar à próxima Declaração Política, Senhora 2ª secretária.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, restantes presentes. -----

----- Para esta sessão, a 1ª do mês de Maio, lembramos dois períodos da história de Portugal: o 25 de Abril que assinala a deposição do regime do Estado Novo, e o 1º de Maio que marca a luta dos trabalhadores pelos seus direitos. -----

----- Estas duas datas estão ligadas, pelo facto de Portugal apenas comemorar livremente o 1º de Maio, o dia dos trabalhadores, após a revolução de Abril de 1974.--

----- Falar do 25 de Abril, é falar de todos os acontecimentos que levaram a esta data e que todo o ambiente que se seguiu nos anos subseqüentes.-----

----- Não podemos esquecer o período complicado que seguiam que, felizmente, vieram a resultar na reposição de uma verdadeira democracia constitucional perdida na Constituição 1933, foram assim criadas as condições para aprovar, em 1976, a atual Constituição da República Portuguesa, um dos principais pilares do sistema jurídico e um dos principais eixos basilares da nossa sociedade atual, pese embora, em nossa opinião, necessitar de algumas alterações e adaptações a novos conceitos da sociedade moderna e democrática.-----

----- Assim, congratulamos todos aqueles que contribuíram para um Portugal livre e democrático onde, apesar de alguns problemas, as instituições democráticas permanecem sólidas.-----

----- Numa sociedade cada vez mais aberta, o relembrar desta data é importante por forma a manter viva a memória dos seus valores e para que as próximas gerações possam continuar a lutar na manutenção dos seus direitos. Disse.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado, pergunto se algum Senhor Deputado quer colocar alguma questão ao Senhor Deputado Vasco Santos? Não sendo o caso, vamos passar a declaração política seguinte.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Celebrar Abril é celebrar o despertar das mais diversas liberdades individuais e celebrar a Fundação de uma nova ordem social assente na dignidade da pessoa humana, no respeito pelos seus mais íntimos direitos e em absoluta harmonia com os valores democráticos que nasceram naquela noite de 74 e que se consubstanciaram e aprofundaram ao longo do tempo.-----

----- Celebrar Abril é celebrar a imensa narrativa que nos guia desde a aprovação da Lei fundamental em 76, ao Tratado de Roma e à integração política europeia num espaço que, apesar de todas as vicissitudes, se afirma na sua génese e, em larga medida, no seu funcionamento como um espaço de liberdade, segurança e justiça.-----

----- Celebrar Abril é celebrar a vitória da liberdade democrática sobre a liberdade revolucionária que resgatou em definitivo a política de uma negação moral, garantindo a pluralidade da representação política, a clareza das alternativas e a mobilização da cidadania.-----

----- Celebrar Abril e abraçar o infinito e tornar o impossível possível mas é, ao mesmo tempo, uma lembrança de um tempo insuportável do espaço público de frustração e de medo de gerações, da negação da escolha política e da escolha do impossível. O 25 de Abril trouxe-nos a rutura, não apenas constitucional ou social com a nobre e irrenunciável tripla aliança dos direitos fundamentais individuais, dos direitos dos trabalhadores e da organização do poder político, mas a rutura dos sonhos fracassados e impossíveis.-----

----- Se estamos aqui, se representamos os cidadãos, se temos o privilégio de abraçar a causa pública, foi porque Abril aconteceu, porque nos transformou intimamente num lugar de emancipação, num lugar interventivo e criador, num lugar de justiça maior construída com todos e para todos, pois só é possível traçar a linha entre a emancipação e a sobrevivência, entre o medo e a glória, entre a anulação e a consciência coletiva, entre o isolamento e o estar no mundo, no espaço livre e democrático que se iniciou com Abril. -----

----- O mundo vive uma revolução tecnológica, demográfica e política, comportando inquestionavelmente uma revolução moral. Se é verdade que olhamos para a República como um ideal político muito mais do que uma forma de regime, não é menos verdade que ela constitui o espaço onde tudo se torna possível de incontornável sentimento humanista e de equidade nos seus fundamentos. -----

----- Os valores da República que se adensaram com o 25 de Abril como espaço de liberdade, de democracia de direitos, de espaço público crítico e atuante e de compromisso geracional, são os fundamentos que transportamos para uma irrepreensível atuação pública e exigência institucional transversal a qualquer ideologia livre e democrática. -----

----- Mas Abril, nos tempos de hoje, chama-nos a construir um novo projeto político condizente com a democracia moderna, com a mundialização da economia, com os movimentos demográficos, com a tecnologia e as redes de comunicação, com os novos fenómenos de risco global, a que não estamos imunes nem isentos. Abril nos tempos de hoje, obriga-nos a pensar a liberdade à medida do nosso tempo, desafia-nos uma comunidade moral alargada como empreendimento político, obriga-nos a novas metodologias e a novos protagonismos, apela-nos à reorganização dos Estados e das estruturas sociais num diálogo multicultural e inclusivo mas, inquestionavelmente, de reinterpretção do contrato social de outros tempos. Ignorar este tempo novo é ignorar as causas devastadoras da crise económica, é ignorar os novos fenómenos geradores de insegurança global e é ignorar as ações que põe à prova a capacidade das nossas instituições democráticas. -----

----- As crises sistémicas e globais, mas de controversa incidência particular, obrigam-nos a repensar os nossos paradigmas, as nossas fronteiras de valores, a explorar os factos, a inventar novas causas, a olhar sem preconceitos e ideias pré-concebidas todo o panorama. -----

----- É também no municipalismo, na descentralização, em que se concretiza a democracia, que prosseguirmos e realizamos esta reconstrução de liberdade, num referencial de proximidade e compromisso com o cidadão e de satisfação das suas mais básicas pretensões e ambições de interdependência, de relação integrada, de agir global localmente, de envolvimento na decisão, de maior e melhor prestação de contas como mote impulsionador da aproximação entre eleitos e eleitores. -----

----- Que Lisboa seja sempre palco das mais diversas liberdades e que seja delas que possa emanar um compromisso reformista entre todos.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Senhores Deputados pergunto se algum Deputado quer colocar questões ao Senhor Deputado Sérgio Azevedo? Não sendo o caso, vamos passar à Declaração Política seguinte. -----

----- O PCP inscreveu dois Senhores Deputados para a Declaração Política, portanto, o tempo será dividido entre a Senhora Deputada Ana Páscoa e o Senhor Deputado Fábio Sousa que falará a seguir.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. -----

----- Foi no dia 25 de Abril de 1974 que o Povo Português emergiu de um dos mais negros períodos da sua história. Hoje aqui estamos a celebrar a Revolução de Abril, aqui estamos a comemorar essa revolução ímpar da luta do povo português. -----

----- O 25 de Abril de 1974 não foi apenas um dia. Foi o resultado de décadas de luta abnegada, corajosa e perseverante do povo português que, mesmo nas condições mais adversas, mesmo sob o jugo da censura, da tortura e da repressão mais brutais, construiu o caminho da Revolução. A todos esses combatentes democratas e antifascistas a nossa sentida homenagem e o nosso reconhecimento! -----

----- A Revolução de Abril, culminando uma prolongada e heroica luta antifascista, pôs fim a 48 anos de ditadura e realizou profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais que constituem componentes de um sistema e de um regime que abriram na vida do País a perspectiva de um novo período da história marcado pela liberdade e pelo progresso social. -----

----- A classe operária, os trabalhadores, as massas populares e os militares progressistas – unidos na aliança Povo-MFA – como aliás devo dizer, ainda há pouco tivemos oportunidade de ver, o excelente e emotivo vídeo que passámos no início da sessão, portanto, esta aliança, desempenharam um papel fundamental em todas as conquistas democráticas, que foram depois consagradas na Constituição da República Portuguesa e que são hoje assimiladas como naturais. -----

----- A Revolução de Abril significou um extraordinário progresso da sociedade portuguesa e mostrou conter em si a força e as potencialidades necessárias para empreender a eliminação de muitas das mais graves desigualdades, discriminações e injustiças sociais, contribuindo para a construção de uma nova sociedade democrática. -----

----- Apesar das suas aquisições históricas, muitas das suas principais conquistas foram, entretanto, destruídas e enfraquecidas pela ação de sucessivos governos que, negando os caminhos de Abril e os seus valores, realizaram políticas que se traduziram num sério retrocesso nas condições de vida dos trabalhadores e do povo português. -----

----- No momento em que os trabalhadores e o povo português assinalam o 43º Aniversário da Revolução de Abril, o PCP reafirma o seu firme empenhamento e confiança que, com a força e determinação da luta dos trabalhadores e do povo, com a ação convergente dos democratas e patriotas, é possível abrir caminho à construção de uma política alternativa. -----

----- Comemoramos Abril quando caminhamos para o segundo ano de uma nova fase da vida política nacional que foi inaugurada com a derrota e o afastamento da coligação PSD/CDS do governo do País.-----

---- Derrota para a qual o PCP deu um decidido contributo e que permitiu travar uma ofensiva brutal contra os interesses dos trabalhadores e do nosso povo e que, a não ter sido interrompida, teria prosseguido com consequências ainda mais nefastas e dramáticas na vida dos portugueses.-----

----- Neste mais de ano e meio da nova fase da vida política nacional, concretizaram-se medidas no plano da reposição de rendimentos e direitos com impacto na economia que travaram o caminho de declínio e intensificação da exploração e empobrecimento.

----- Este facto, contudo, não ilude quanto caminho falta fazer, quantas limitações urge ultrapassar, quer para dar resposta a aspirações e direitos, quer para vencer os graves problemas estruturais que o País enfrenta e que se acumularam em resultado de décadas de política de direita e pelos condicionamento e imposições externas da União Europeia.-----

----- Os passos dados não podem iludir que persistem na atual situação nacional graves problemas económicos e sociais que exigem um outro patamar de resposta política, inviável no atual quadro de constrangimentos e condicionamentos externos.-----

----- Problemas como são os do desemprego, da precariedade, dos baixos salários e das baixas reformas, os insuficientes níveis de crescimento económico e a injusta distribuição da riqueza, num quadro agravado de sistemáticas pressões e exigências da União Europeia sobre a definição das políticas nacionais, económicas, sociais e orçamentais.-----

----- O que o País precisa é de uma política patriótica e de esquerda que retome os valores de Abril.-----

----- Uma política que se liberte dos constrangimentos e condicionamentos, desde logo com a renegociação da dívida. Uma renegociação da dívida que permita libertar os mais de oito mil milhões de euros por ano para os atribuir ao investimento público, às funções sociais do Estado, à dinamização da economia.-----

----- Uma política de defesa e promoção da produção nacional e dos sectores produtivos que coloque os recursos nacionais ao serviço do povo e do País e reduza os défices estruturais.-----

----- Mas também, neste momento em que assistimos a um perigoso agravamento da situação internacional, uma política externa inspirada nos valores de Abril que defenda o direito dos povos à soberania, autodeterminação e integridade territorial dos seus países e que, no respeito pela Carta das Nações Unidas, oponha ao militarismo um projeto de cooperação internacional para a paz e o desarmamento.-----

----- O PCP apresenta também uma Saudação ao 1º de Maio e às lutas dos trabalhadores, e em coerência com as suas posições, por nossa iniciativa, será discutida, a partir de 4 de maio, na Assembleia da República a contratação coletiva. Os contratos coletivos de trabalho são uma peça fundamental na vida dos trabalhadores e são um instrumento indispensável para uma justa distribuição da riqueza.-----

----- Para além desta importante iniciativa lembrar ainda o grave flagelo que é o da precariedade, e reafirmar que o combate à precariedade dos vínculos laborais, mais do que palavras precisa de medidas concretas que façam caminho para pôr fim a este flagelo social. -----

----- Por isso aqui saudamos a luta dos trabalhadores e das populações que tem vindo a verificar-se por todo o País. -----

----- Aqui saudamos as lutas que defendem os valores da liberdade, da emancipação social, do Estado ao serviço do povo e não da exploração, do desenvolvimento visando a melhoria da qualidade do nível de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma justa e equilibrada repartição da riqueza nacional. -----

----- Comemorar Abril não se faz um dia por ano. Comemorar Abril é defender e aprofundar as suas conquistas económicas, sociais, culturais e políticas a cada dia. -----

----- Consideramos também que, para comemorar Abril a como o direito à habitação foi, de facto, um dos direitos consignados e é um dos direitos consignados na nossa Constituição e é um direito que Abril, de facto, nos trouxe, nós vamos apresentar de seguida, o meu camarada de bancada Fábio Sousa vai fazer uma intervenção e apresentamos também a este plenário, portanto, uma Recomendação sobre a habitação. -----

----- Comemoramos a Revolução de Abril pelo que significou e significa no presente, mas também pelo que significará como projeto para o futuro de Portugal! Viva o 25 de Abril, viva o 1º de Maio!” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, fica com relativamente pouco tempo para o seu camarada intervir, mas seja como for, se houver perguntas, depois, poderá desenvolver melhor. -----

----- A Mesa coloca uma questão relativamente a esta Moção do Partido Comunista sobre a parte da habitação, que é uma Moção dirigida à Assembleia Municipal para a Assembleia Municipal deliberar e estudar uma série de coisas e, portanto, eu pedia, depois, ao Senhor Deputado que esclarecesse se isto é mesmo para ser feito a pela Assembleia Municipal ou se é para dirigir a Câmara Municipal ou se é para dirigir à Assembleia da República, para que a gente saiba exatamente depois encaminhar caso a Moção seja aprovada para quem é que devemos encaminhar estes vários aspetos e agora, Senhor Deputado Fábio Sousa tem a palavra. -----

----- Terá que ser super sucinto, mas, provavelmente, pode ser que haja alguma questão que, aliás, a Mesa já tem sinalizado aqui um pedido de uma pergunta, portanto, poderá pois usar os outros 4 minutos para acabar a sua intervenção.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte apresentação: -----

----- “Eu trazia uma intervenção para meia hora e, afinal, de contas só tenho... -----

----- Bem, Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Executivo camarário, cargo público presente, trabalhadores da Câmara Municipal. -----

----- No dia de hoje, o PCP decide também trazer mais uma vez o assunto da habitação na cidade de Lisboa a esta Assembleia. -----

----- A Moção que apresentamos tem algumas que podemos considerar como Recomendações, algumas são destinadas a Câmara Municipal, outras, naturalmente, destinadas à Assembleia da República e, portanto, esta Assembleia pode por favor, uma vez que tem a ver com alterações legislativas e, portanto, sugerimos que se faça chegar à Assembleia.-----

----- Mas, no fundo, aquilo que queremos é reforçar igualmente a necessidade de a Câmara não deixar apenas no domínio dos privados a reabilitação e a construção de fogos de habitação para trazer de volta as famílias à cidade, a criação de mecanismos de salvaguarda da população residente nos bairros históricos, a importância de se reforçar o investimento na requalificação dos 70 bairros municipais, bem como o necessário e verdadeiro impulso na atribuição de habitação Municipal a quem dela realmente precisa. -----

----- São tantos os que todas as semanas aqui nos pedem para sermos verdadeiros agentes de mudança e agitadores de consciências na urgência de colocar a habitação nas prioridades do Município e, naturalmente, o nosso mais sincero compromisso, o mais isso é compromisso do PCP que tudo faremos nesse sentido, portanto, no fundo, no fundo, é isto, obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado teve que ser realmente muito sucinto, mas creio que há um pedido de palavra do José Alberto Franco dos independentes. Microfone ao Senhor Deputado José Alberto Franco.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Alberto Franco (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta:-----

----- “Muito obrigado, o nosso pedido de intervenção, ou de esclarecimentos, dirige-se, evidentemente, à bancada do PCP. Não deixando de sublinhar que nos congratulamos com a apresentação deste vosso documento, idêntico a um outro que temos notícia que na Vereação também foi apresentado pela vossa força política e que nós entendemos, em ambos os casos, lá e aqui, como um reforço, uma iniciativa de reforço, ao trabalho que o Município, melhor dizendo, que o Executivo, sob a direção da Senhora Vereadora Paula Marques, tem em curso. -----

----- Era para perguntar se, quando reduziram a vossa Moção, tiveram em devida conta que algumas das medidas, ou iniciativas que propõe, designadamente, a que está mencionada em 1.B) e em 4., correspondem efetivamente a medidas ou a previsões que se encontram, efetivamente, previstas no programa, portanto, não vemos mal nenhum em que haja esta reafirmação, este reforço, mas se vocês têm consciência que há aqui alguma redundância relativamente a medidas que estão em curso, que estão a ser tomadas ou, no caso do ponto 4, que estão efetivamente contidas no próprio programa. É isto, Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. Há mais uma Senhora Deputada que também quer por uma questão. É a Senhora Deputada Isabel Pires do Bloco de Esquerda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, apenas tecer um comentário a uma questão sobre a Moção apresentada pelo Partido Comunista Português, relativamente às políticas municipais de habitação e o Bloco de Esquerda acompanha, na sua generalidade o conteúdo desta Moção, tanto que as Propostas representam muitas das Propostas também já tidas em sede de Assembleia Municipal, seja em forma de Recomendação ou de Moção do Bloco de Esquerda. -----

----- A questão que queríamos colocar, na medida em que propõem que se estudem formas de modelos de cooperação com o Estado central e o Município, parece-nos importante para resolver um problema que vai muito além da criação de um Programa de Renda Acessível que, na verdade, para quem mais precisa, ela não é tão acessível quanto isso. Os preços não são tão acessíveis quanto isso e, de facto, ela não responde, este Programa não responde aos problemas da população com menos rendimentos na cidade de Lisboa. -----

----- Isso é um problema que temos vindo a identificar ao longo deste tempo e, mais concretamente, que tipo de modelos é que poderemos estar aqui a falar e qual é que é a ideia que é Proposta, a nível dos estudos que serão feitos e de que maneira é que idealizam que esta cooperação possa ou não ser feita, sendo certo que o próprio Programa de Renda Acessível que, também é aqui proposto que ele seja, que exista um crescimento da monitorização da implementação das várias fases. -----

----- Nós não temos nada a opor relativamente a esta monitorização, para nós é sempre importante acompanhar este tipo de processos, mas apenas dizer que o problema da habitação em Lisboa não vai ficar resolvido com este programa de renda acessível, nem pouco mais ou menos, ele responde, como já foi dito, ainda hoje, à classe média possivelmente e, se calhar, nem toda, mas àquelas populações que nós ouvimos aqui, às pessoas que nós ouvimos aqui todos os dias, essas pessoas continuam sem resposta, ainda hoje, e também não é este Programa. -----

----- E é perguntar também se esta Moção pretende chegar, então essas mesmas pessoas as quais não terão acesso a este Programa de Renda acessível. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, não havendo mais perguntas, agora sim, o Senhor Deputado Fábio Sousa tem mais os preciosos 4 minutos para procurar responder às questões que lhe foram colocadas.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fábio Sousa (PCP)** no uso da palavra em resposta às questões colocadas, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada pelas questões formuladas, também nos ajudam aqui a clarificar algumas das questões que queríamos a ver abordadas. -----

----- De facto, nós sabemos que é importante, para além do Programa de Renda Acessível, aquilo que nós sabemos é que é muito importante alargar este programa. Ele

existe, sem dúvida alguma que existe, este problema da habitação não é um problema apenas deste Executivo camarário, sabemos disso, sabemos e que existem responsáveis concretos, para além deste Executivo camarário, existe um governo, um governo anterior, e reconhecemos e reforçamos as vezes que forem precisas, os grandes responsáveis deste problema de habitação na cidade de Lisboa e no país. -----

----- Portanto, também queríamos, para além do Programa de Renda Acessível, queríamos também chamar a atenção sobre o facto de que a cidade, e isto é amplamente reconhecido, e com números muito concretos, na cidade existem, todos dias perdemos população, e a descaracterização da cidade tem sido um dos maiores sentimentos de mau estar pelas pessoas que cá vivem, que ainda têm possibilidades de cá viver. -----

----- E, portanto, muitas vezes o que sentimos é que o que temos são turistas a verem turistas e, qualquer dia, cada vez mais, nos bairros históricos, e com os ataques, naturalmente, que têm sido feitos também às lojas históricas. -----

----- E, portanto, relativamente ao Programa de Renda Acessível, sabemos que é preciso alargar ainda mais este programa e dar-lhe ainda mais expressão. As políticas municipais, no domínio da promoção da habitação para famílias de rendimentos intermédios, não devem restringir-se ao Programa de Renda Acessível, sendo possível e necessário considerar outras formas, diretas e indiretas, de encontrar habitação a custos acessíveis para estas pessoas. A existência de Programas Municipais e deste Programa em concreto, conforme o Bloco de Esquerda referiu, de facto, que é destinada às famílias com rendimentos intermédios, não deve, não pode fazer esquecer as insuficiências ainda existentes no domínio da resposta às necessidades das famílias de mais baixos rendimentos, portanto, também, a nossa Moção também aborda isso muito bem. -----

----- Aquilo que achamos que deve ser, no imediato, desenvolvido por este, para além das várias propostas que fazemos na Moção, Propostas muito concretas que pode, a partir de agora ser considerado Recomendação é, de facto, que se estudem outras formas, para além dos Programas já existentes e promovidos pela Câmara, de colocar no mercado de arrendamento de habitação a preços acessíveis, que passem pela valorização, sem alienação, do património Municipal imobiliário atualmente existente ou a adquirir. -----

----- E, portanto, parece-nos que, neste momento, e no imediato, há uma urgência concreta de suspender a alienação de património disperso que pode e deve ser utilizado para reforçar os programas de habitação. Portanto, o que sabemos é que a Câmara tem alienado muito património, na nossa opinião mal, portanto, já várias vezes o dissemos e, portanto, muito desse património disperso, na nossa opinião, deve ser colocado ao serviço das populações e deve ser, efetivamente, não só para dar resposta ao Programa de Renda Acessível, mas também para famílias que, de facto, têm um baixo rendimento e que vêm todas as semanas, todas as semanas, semana após semana, a esta Assembleia pedir uma habitação que é, naturalmente, um direito básico, e que todos temos que nos focar nisso. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado.-----

----- A Senhora Vereadora Paula Marques assinalou que também gostaria de usar da palavra. Eu não sei bem se devemos continuar e a Senhora Vereadora fala no fim, mas já houve críticas de darmos a palavra à Câmara no fim. Não sei como preferem, talvez, como é sobre este assunto, a Câmara pudesse usar da palavra já.-----

----- Pergunto se há alguma objeção que a Câmara use da palavra já? Visto que é na continuação desta matéria, o Regimento permite que a Câmara fale, portanto eu dou a palavra à Senhora Vereadora Paula Marques.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção. -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, boa tarde a todas e a todos.-----

----- Aproveitar este momento para saudar o facto de assinalarmos hoje aquilo que é o mês da Liberdade, o mês de Abril, mas da Liberdade, naquilo que são todas as suas liberdades, mas relembrar a conquista do 25 de Abril e a conquista das liberdades que hoje nos trazem aqui e o reforço do poder local democrático e, portanto, aproveitar a minha intervenção para também saudar a iniciativa da Assembleia Municipal. -----

----- Eu, embora me tenha ausentado pontualmente da sala, tenho estado na Sessão, portanto, ouvi e foi-me transmitido o resto da intervenção do Senhor Deputado Fábio Sousa e conheço bem o conteúdo da Moção apresentada pelo Partido Comunista Português e a propósito da matéria dizer que, aquando da penúltima reunião de Câmara do Executivo em que estivemos a discutir, longamente, o Programa Lisboa para Todos de renda acessível, a Moção que hoje é apresentada pelo PCP foi apresentada, também, na 1ª sessão de discussão e foi uma Moção que foi, como o Senhor Presidente da Câmara à altura, no dia da Sessão, afirmou, é uma Moção construtiva que vem reforçar, em muito, aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa já faz, aliás, há coisas que estão na Moção que são já previstas no programa em questão e, também, que são já prática da Câmara Municipal e, portanto, queríamos também dizer que foi esse o nosso entendimento na Sessão de Câmara e daí também o facto de ela ter sido aprovada com os votos de todo o Executivo.-----

-----Portanto, dizer que é uma proposta de Moção que vem reforçar, mas também contribuir, para alguns outros instrumentos que todos nós temos a noção de que precisamos para responder, em maior escala, àquilo que são as necessidades diversas de habitação. -----

----- Mas gostava também de lembrar que este executivo tem feito um esforço particular naquilo que são a requalificação dos bairros municipais e, em particular, naquilo que é a regeneração de dois bairros fundamentais da cidade de Lisboa que o Bairro da Boavista e o Bairro, Padre Cruz e que o Senhor Deputado Fábio Sousa, como Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, é nosso parceiro neste processo, bem tem acompanhado e, portanto, é um dos esforços, e bem, que há muito eram requeridos e justos por parte da população. -----

----- Mas dizer que tem havido um esforço muito grande, que há muito tempo não era feito, naquilo que é a requalificação da habitação Municipal e na utilização do património disperso da Câmara Municipal de Lisboa para respostas várias, nomeadamente, àquilo que é renda convencionada, neste momento em vigor e direcionada à classe média, mas também no processo de dar melhores condições de vida aos nossos concidadãos que, já sendo nossos inquilinos, não queremos que saiam das zonas históricas onde sempre viveram e que, por defeito, se me permitem, quando nós fazemos um processo de realojamento ou de transferência de habitação, o fazemos na mesma zona, respeitando, assim, aquilo que são os laços de convivência nas zonas da cidade. -----

----- Portanto, queria só aproveitar esta oportunidade para saudar a iniciativa e dizer que, reforçar que, em reunião de Câmara, foi acolhida pelo Executivo como uma Moção construtiva, e achamos que a questão da habitação deve ser entendida, e este Programa de Lisboa para Todos, deve ser entendido como uma ambição da cidade e não só, com esta marca deste executivo, naturalmente, mas como uma ambição para a cidade e um melhoramento em escala daquilo que são as condições de vida dos nossos concidadãos, obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Vereadora. -----

----- Senhores Deputados, a Mesa informa que, depois dessa Declaração Política do Senhores Deputados Independentes, há uma Declaração Política do CDS-PP que será a última e depois temos um conjunto de votações de documentos que foram apresentados.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Nabais (IND)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Esta Declaração devia ter sido apresentada na Sessão anterior, ela destoa um pouco do Ambiente geral das declarações sobre o 25 de Abril e 1º de Maio, mas não posso deixar de dizer que os Cidadãos Por Lisboa, claro que se associam a esta data e às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, a minha Declaração é que não é relativa a esta data porque devia ter sido apresentada na Sessão anterior mas, por questões processuais, isso não aconteceu. -----

----- Nunca estivemos tão bem financiados no universo das atividades culturais como estamos agora. -----

----- No plano europeu, o programa “Europa Criativa” foi dotado de um orçamento global para o período 2014-2020 de 1,46 mil milhões de euros, ou seja, uma progressão de 9% em relação ao exercício anterior. -----

----- No plano nacional, os Ministros da Cultura e dos Negócios Estrangeiros anunciaram recentemente um programa milionário para apoiar a internacionalização das atividades culturais criadas em Portugal. 10% do orçamento daqueles ministérios será utilizado para apoiar 1300 ações de artistas nacionais em 75 países. À escala de

Lisboa nunca estivemos tão bem. Vários relatórios sobre as atividades culturais registam a exuberância do nosso património (material e imaterial). 76 Galerias de Arte, 58 Museus, 49 salas de teatro, 170 monumentos de interesse público, 16 bibliotecas municipais. -----

----- Nos últimos 5 anos o orçamento da EGEAC quase duplicou. E, graças a um investimento sustentado do GAU, no espaço de alguns anos Lisboa passou a ser considerada uma das mais relevantes cidades europeias na área do *Graffiti* e da *Street Art*.-----

----- Lisboa é atualmente a capital Ibero-americana de cultura 2017, com um orçamento de luxo para uma programação intensa nos domínios da música, da dança, do teatro, cinema, literatura, pensamento. -----

----- A um primeiro olhar, esta exuberância não viria senão confirmar um automatismo ideológico. Uma maioria absoluta do PS, em coligação com os CPL e ‘Lisboa é muita gente’ na Câmara Municipal de Lisboa e, posteriormente, ao nível nacional, um governo sustentado por uma maioria de esquerda pensa-se que não poderia deixar de fazer crescer o orçamento para as atividades culturais. -----

----- No entanto, sabemos que já não é verdade que a cultura seja uma obsessão exclusiva das administrações públicas de esquerda. -----

----- Desde a primeira crise do petróleo na década de 70 que, não apenas todos os grandes financeiros passaram a ter as suas coleções de arte, como todos os governos adotaram programas de investimento na museologização e patrimoniização dos seus bens culturais. O número de fundações privadas orientadas para as atividades criativas duplicou na Europa nos últimos 20 anos. -----

----- Por todo o lado alguns dos mais conhecidos críticos foram mobilizados como curadores de acervos que procuravam acima de tudo a inflação dos seus valores de mercado (veja-se, em Portugal, a promiscuidade entre o crítico de arte Alexandre Melo e a coleção hiperinflacionada do empresário Joe Berardo). -----

----- Só a desmontagem do mito de que a Cultura é uma coutada dos orçamentos públicos de esquerda permite compreender um acontecimento decisivo dos últimos anos: refiro-me à catástrofe financeira que se abateu sobre a Europa depois de 2008. Sob o aparente desinvestimento que as políticas de austeridade neoliberais impuseram aos orçamentos para a cultura, o que existe atualmente é a construção de todos os orçamentos (públicos e privados) sobre o modelo das atividades culturais. -----

----- Tal passou por aproximar domínios, habitualmente considerados não comunicantes com as artes plásticas, o comércio de objetos antigos a criação de Fundações e de Museus, a patrimoniização e o turismo. -----

----- O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han, no livro ‘Psicopolítica. Neoliberalismo e Novas Técnicas de Poder’ (2015) mostra como o regime económico neoliberal se caracteriza precisamente por uma apropriação das atividades culturais para as transformar em novas potências da produção. A criação lúdica e a multiplicação de experiências do Gosto, que deveriam ser o oposto do tempo do trabalho, passam a ocupar o núcleo mesmo das novas profissões da economia pós-industrial. “A psicopolítica neoliberal é dominada pela positividade. Em vez de operar por meio de

ameaças, opera por meio de estímulos positivos. Não emprega a “medicação amarga”, senão o *Gosto*.” (2015: 46).-----

----- A “cultura” deixou de ser um extra económico para se transformar no núcleo central da economia. O design de um objeto, por exemplo, decide mais do seu sucesso no mercado do que a sua função ou o seu preço. O próprio consumo passou a ter os seus templos, os seus dias festivos (os *black Friday*) e os seus heróis (*Steve Jobs, Bill Gates*). -----

----- Ao mesmo tempo, as formas de resistência aos mecanismos inegalitários da economia de mercado também deixaram de habitar os domínios das atividades culturais. Hoje o trabalho crítico já não passa pelos lugares do saber ou pelas práticas artísticas. Pelo contrário. É nas universidades que mais se faz sentir a banalização da arte. As academias foram ocupadas com cursos e programas de pós-graduação dedicados às artes e às atividades culturais, mas orientadas para a sua inserção no mercado (do trabalho e do consumo). E os seus objetos já não são as indústrias culturais contra as quais Adorno ajudou a construir os movimentos de contracultura dos anos 60 e 70. Hoje aquilo que interessa às Universidades não é a indústria cultural mas o comércio cultural, ou seja, as estratégias de enriquecimento de objetos culturais. A cada ano que passa assistimos a um número crescente de estudos universitários sobre os benefícios económicos das artes – benefícios diretos na criação de postos de trabalho e na construção de novos equipamentos – e benefícios indiretos na inflação dos valores do património existente. -----

----- Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, por exemplo, criaram-se recentemente duas novas licenciaturas: uma em Estudos Artísticos e outra em Artes e Humanidades. É terrível pensar que são os cursos com maior número de candidatos, em detrimento dos cursos clássicos como Filosofia, História, Literatura. -----

----- O potencial crítico das artes perdeu-se inteiramente para o seu potencial económico. Ao mesmo tempo que desaparecem de ano para ano os suplementos literários dos jornais de grande circulação - substituídos por “Agendas Culturais”, que não passam de compilação avulsa de sugestões de entretenimento -, a própria edição literária, a produção cinematográfica, a programação das artes performativas ostentam, como seus critérios de legitimação, a sua adequação às leis de mercado. -----

----- A questão política da criação artística já não é a da luta contra o compromisso. Já não está em jogo saber em que medida a sobrevivência das atividades criativas implica a sua subordinação aos mercados da arte e às lógicas da museologização. O investimento crescente nas artes e nas atividades culturais permite perceber outra coisa. A relação da cultura com a economia não é a relação de compromisso e de subordinação mas a de rentabilização. -----

----- A euforia em torno da criação de museus, fundações, cursos de curadoria, revelam uma nova forma de economia. Estamos agora perante a ‘economia do enriquecimento’, como lhe chamaram os sociólogos Luc Boltanski e Arnaud Esquerre num livro publicado em França em Janeiro de 2017. -----

----- Segundo estes sociólogos, passámos de um capitalismo industrial para uma economia de criação de valor especulativo. A primeira, procurava desenvolver a

capacidade produtiva, quer através da invenção de novos objetos de consumo, quer através de novas técnicas de produção. A segunda está orientada para o enriquecimento de tudo o que já existe e que, graças aos mecanismos das atividades culturais, como os de museologização ou de patrimonização, adquire o estatuto de objeto de luxo. -----

----- Nesta economia do enriquecimento, a cultura, tomada em sentido amplo, sai da sua reserva de experiência crítica e de exercício de juízos de gosto para entrar no universo do comércio. O valor aumentado depende portanto de novos vínculos que ligam património, luxo, arte e turismo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado terminou o seu tempo, estávamos a ouvi-lo com muito interesse, mas peço-lhe que conclua. Depois, naturalmente, poderá fazer distribuir o seu texto integral, mas neste momento vou-lhe pedir que conclua.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Nabais (IND)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Pois, isto era uma introdução para uma Proposta a apresentar à Câmara de criação de um prémio.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Os Senhores Deputados Independentes poderão depois pegar na Proposta e formalizá-la numa Sessão posterior mas, desde já o que lhe peço é que conclua, anunciando aquilo que está a dizer, depois poderei fazer circular por todos os Senhores Deputados a intervenção integral.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Nabais (IND)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Pois, esta minha intervenção era para concluir que está talvez na altura de construir no Panteão um túmulo dedicado ao Espinosa. Trazer de novo para Portugal este refugiado na forma de um túmulo vazio, tão vazio como os túmulos de Pedro Álvares Cabral ou de Vasco da Gama. -----

----- Mas no caso de Espinosa não estaríamos a ludibriar os turistas, seria a afirmação do carácter universal da forma-refugiado de Espinosa que foi expulso de Portugal por ser judeu, que nasceu em Amesterdão e que construiu, de forma especulativa, a grande teoria do refugiado como modelo de cidadania. -----

----- E de propor a criação de um prémio Espinosa por parte da cidade de Lisboa. -----

----- Pronto, entregarei o texto completo ao Secretariado. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, quanto a esta Proposta em concreto, naturalmente, ela não foi formulada sob a forma nem de Moção, nem de Recomendação, mas fica, agora os Senhores Deputados ficaram de apresentar a Proposta concreta, acho que é uma Proposta que vale a pena meditar sobre ela e dar-lhe destino. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Antes disso, pergunto se algum Senhor Deputado quer fazer alguma questão, colocar alguma questão ao Senhor Deputado Nuno Nabais. Não vejo nenhuma questão colocada, portanto, encerrámos esta Declaração Política e vamos passar à última Declaração Pública da nossa Sessão.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados Municipais, público presente.-----

----- Em nome do CDS começo esta intervenção saudando o 43º aniversário do 25 de Abril de 74 e o 1º de Maio. De um Abril que consagrou a plena liberdade para todos e não de um Abril sectário, de um Abril que restaurou os direitos civis e políticos, nomeadamente, que permitiu as primeiras eleições livres para a Assembleia Constituinte, onde o povo, democraticamente, demonstrou que não pretendia mais ditaduras. Depois da fascista, o povo também rejeitou, para enorme escândalo de alguns dos presentes, a ditadura do proletariado. Lamentavelmente, nem todos entenderam e respeitaram a vontade popular pelo que só em 25 de Novembro de 75 foi possível recentrar Portugal no justo caminho da democracia da liberdade e da tolerância.-----

----- Foi um longo e difícil caminho com vários marcos de sucesso como o acolhimento e inserção social de todos aqueles que fugiram das guerras civis e perseguições nas antigas colónias portuguesas. A adesão à Comunidade Económica Europeia e, sobretudo o desenvolvimento e o pluralismo político económico e social que transformou o nosso país, é agora incontestável.-----

----- Foi longo, porque demorou 43 anos e ainda prossegue e foi difícil porque, na nossa jovem democracia, deparámo-nos com muitos obstáculos e cometeram-se alguns erros, por vezes, crescemos, outras vezes, regredimos, mas valeu sempre pena, porque a vontade do povo, a vontade expressa nas urnas e não nas ruas foi sempre soberana.--

----- Fomos e somos responsáveis pelo nosso destino, o 25 de Abril intemporal, o Abril sem donos, da Liberdade sem tutelas, nas superioridades morais, não está terminado nem nunca estará.-----

----- Diariamente, a democracia é confrontada com perigos e desafios patentes, como, por exemplo, a atual descredibilização do sistema democrático ilustrada pela crescente taxa de abstenção nos atos eleitorais e na desconfiança de vastos setores da população em relação à classe política que nos impele para as Propostas populistas da extrema-esquerda e da extrema-direita.-----

----- Mas nós acreditamos que a democracia pode e sabe regenerar-se desde que os atores políticos de todos os quadrantes, não abdicando das suas diferenças, trabalhem de forma séria e ética.-----

----- O CDS não tem nem nunca teve medo de afirmar os seus valores e princípios e também não alimenta ressentimentos. Será sempre mais fácil destruir, mas muito, muito mais difícil será estimar, unir e construir. É desse lado que estamos e estaremos, como dizia Adelino Amaro da Costa em 76, com palavras plenas de sentido e

atualidade e cito ‘o CDS estará sempre empenhado em participar no diálogo necessário para a sobrevivência consolidação da democracia’.

----- Há pouco mencionei alguns dos benefícios de que Abril nos trouxe, deixei para o fim aquele que aqui faz todo o sentido realçar, o poder local. Enquanto Deputada Municipal é com este destaque que termino a minha intervenção. O poder local através dos Municípios e Freguesias foi o grande motor de transformação e desenvolvimento norte a sul do país a que ainda não se deu o devido valor. Foi o poder local que primeiro deu o exemplo, que implantou a salubridade, que criou equipamentos para servir o bem-estar e a qualidade de vida das populações, construiu infraestruturas que sustentaram o investimento, levou o desporto e a cultura junto dos cidadãos e valorizou os recursos endógenos. Foi através do poder local que se afirmou nossa identidade nacional e a complementaridade das suas diferenças regionais em termos sociais e culturais e que projetou Portugal nas comunidades de portugueses residentes no estrangeiro. E continuam a ser as autarquias que mais investem na valorização das tradições dos valores locais e que mais apoiam as instituições e organismos sociais, culturais, desportivos e recreativos. Foi e é o poder local que mais aproxima os portugueses da democracia e das suas instituições. Foi o poder local, também, as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia que mais perto esteve no povo, sentiu as suas aspirações e anseios, escutou as suas propostas e críticas e com ele coopera no encontro das soluções.

----- Hoje e, particularmente em Lisboa, o poder local encontra-se munido de mais competências e recursos para fazer face aos problemas que mais assolam os munícipes, sejam eles residentes, comerciantes ou estudantes, da higiene urbana às atividades económicas, do desenvolvimento e apoio social à habitação ou da mobilidade, à ocupação e valorização dos tempos livres.

----- Atualmente, fruto da liberdade e do incremento da consciência cidadã, podemos tomar parte numa reunião de um órgão, apresentar petições, participar nas escolhas para a nossa comunidade através de orçamentos participativos ou na discussão de planos urbanísticos. Hoje, mais do que nunca, somos livres para fazer as nossas escolhas, mas também somos convocados para tomar partido e ser corresponsáveis em muitas decisões, tendo sempre presente que a liberdade exige responsabilidade.

----- No tempo atual, as decisões políticas são escrutinadas pelos cidadãos de forma mais atenta, informada e exigente e, no caso dos eleitos locais, ainda mais. Por isso, defendemos, desde sempre, que é fundamental ser rigoroso nas contas, coerente e justo nas medidas e, acima de tudo, honrar a palavra.

----- O CDS continua a ser defensor do municipalismo e a guiar-se por uma máxima que nos foi legada pelo Engenheiro Krus Abecassis, cito, ‘também transformar o poder em serviço à cidade aos seus cidadãos’.

----- Este ano, celebrar Abril em Maio é, pois, uma busca de inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o dia 25 nos legou, é identificar e combater diariamente todas as formas de injustiça, segregação, despotismo e obscurantismo. ----

----- E porque ontem foi o 1º de Maio, é também o combate ao ódio de classe, porque um Portugal mais rico, solidário e justo só é possível se o empenho e contributo de todos estiver presente, quer do Estado, dos empresários e dos trabalhadores. -----

----- Celebrar Abril é lutar na esfera pública como privada, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.-----

----- Celebrar Abril é, para quem o faz, serviço público como nós, autarcas, que exercemos um mandato conferido pelo povo, redobrada responsabilidade de zelar pelo bem comum e o de dignificar, pelo exemplo, a missão que nos foi confiada. É esta a missão dos autarcas do CDS-PP da qual tenho a honra de representar. Viva Lisboa, viva Portugal, viva a democracia.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada, creio que há uma pergunta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Abreu (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção e a seguinte pergunta: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Senhores membros do Executivo Municipal, Senhores Deputados Municipais, boa tarde a todos. -----

----- Cara Deputada do CDS-PP, naturalmente, sem ressentimentos, mas gostaria, de uma forma muito breve, e uma vez que aludiu aqui, e bem, estamos todos de acordo, a importância às conquistas que o 25 de Abril nos trouxe, muito particularmente, os valores, direitos e garantias consagradas na Constituição de 1976, que daí resultou. ----

----- E gostaria de deixar esta pergunta muito simples, se acha ou não que, durante o governo que, há bem poucos anos, governou o país, do qual fez parte o CDS-PP e o Partido Social Democrata, se muitos desses valores, desses direitos e garantias, foram ou não atacados, foram ou não prejudicados por medidas dessa governação, muito particularmente, deixo aqui este sublinhado, o poder local democrático cujos 40 anos comemorámos recentemente, se foi ou não atingido de forma, eu diria, agressiva, negativa por políticas do vosso Governo, bem como o direito à habitação, o direito ao salário, a contratação coletiva e todo um conjunto de questões que o 25 de Abril permitiu colocar na ordem do dia, permitiu conquistar e, portanto, eu deixava esta modesta que questão à Deputada do CDS-PP.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, não há mais perguntas? Mais alguém a pedir a palavra? -----

----- Se não há mais perguntas tem a palavra a Senhora Deputada Maria Luísa Aldim para responder.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luísa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra em resposta à questão colocada, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada pela pergunta. Eu diria que, se me faz essa pergunta, obviamente, porque já tem uma ideia na sua cabeça sobre a resposta mas, obviamente, que aquilo que entendo é que se as instituições existem é precisamente para fazer o controlo umas sobre as outras e, portanto, a democracia estará, em última análise,

sempre salvaguardada. De qualquer maneira, tenho todo o prazer em ouvir a sua posição sobre esta mesma questão que me colocou. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada.-----

----- Senhores Deputados, está terminada esta fase dos nossos trabalhos, temos agora uma série de documentos para votar. Eu pedia aos Senhores Deputados para tomarem os seus lugares. Senhor Deputado, o Senhor Deputado tem que ir para o seu lugar porque vamos votar agora, desculpe.-----

----- Vamos pôr à consideração os Votos que foram apresentados.-----

----- O 1º Voto que temos é o Voto 1/139, apresentado pelo Bloco de Esquerda, intitulada ‘Viva ao 25 de Abril’.-----

----- Há um pedido do CDS-PP para isolar o Ponto 2 na votação, portanto, iremos pôr. Não foi o CDS, foi o MPT, foi o MPT, para isolar o Ponto 2.-----

----- Portanto, vamos pôr à votação os Pontos 1, 3 e 4 e depois poremos o Ponto 2. ----

----- Portanto, vamos pôr à votação os Pontos 1, 3 e 4 do Voto apresentado pelo Bloco de Esquerda, Voto 1/139.-----

----- Está toda a gente identificada? Estamos em condições de votar? Vamos então passar à votação destes Pontos.-----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos 1, 3 e 4 do Voto de Saudação n.º 1/139**, apresentado pelo BE. Os Pontos 1, 3 e 4 do Voto de Saudação n.º 1/139 foram **aprovados por maioria**, votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNPN, 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Pontos 2 do Voto de Saudação n.º 1/139**, apresentado pelo BE. O Ponto 2 do Voto de Saudação n.º 1/139 foi **aprovado por maioria**, votos contra do PSD, CDS-PP, MPT, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNPN, 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Vamos passar agora o Voto n.º 2/139 apresentado pelo Partido Ecologista Os Verdes, ninguém pede nada, a separação de Pontos? Vamos para à votação, tal como foi apresentado.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 2/139**, apresentado pelo PEV. O Voto de Saudação n.º 2/139 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPN, 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 3/139**, apresentado pelo PCP. O Voto de Saudação n.º 3/139 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNPN, 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Passar agora à vossa consideração do Voto nº 4/139, também o MPT pede, nos Pontos deliberativos, para isolar o Ponto 2. -----

----- Portanto vamos por à vossa consideração os Pontos 1 e 3 do Voto 4/139, apresentado pelo Bloco de Esquerda, e que tem como título ‘1º de Maio tempo de acabar com a precariedade’. -----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos 1 e 3 do Voto de Saudação n.º 4/139**, apresentado pelo BE. Os Pontos 1 e 3 do Voto de Saudação n.º 4/139 foram **aprovados por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD e CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Pontos 2 do Voto de Saudação n.º 4/139**, apresentado pelo BE. O Ponto 2 do Voto de Saudação n.º 4/139 foi **aprovado por maioria**, votos contra do CDS-PP e MPT, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Eu estava a referir, o Voto nº4/139 foi a versão, a nova versão, portanto, daqui talvez houvesse alguma confusão, mas foi a nova versão que tinha 3 Pontos. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Voto de Saudação n.º 5/139**, apresentado pelo PEV. O Voto de Saudação n.º 5/139 foi **aprovado por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Vamos passar agora ao voto número 6/139 que é o voto apresentado pelo PCP sobre o 1º de Maio dia Internacional dos Trabalhadores. -----

----- Neste voto número 6, o MPT também pede para isolar o Ponto número 2 e, portanto, vamos pôr à votação os Pontos nº 1 e 3, o número um é uma saudação e o ponto nº3 é o envio de Moção, é isso que vamos pôr à votação, os Pontos nº 1 e 3 deste voto. -----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos 1 e 3 do Voto de Saudação n.º 6/139**, apresentado pelo PCP. Os Pontos 1 e 3 do Voto de Saudação n.º 6/139 foram **aprovados por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Pontos 2 do Voto de Saudação n.º 6/139**, apresentado pelo PCP. O Ponto 2 do Voto de Saudação n.º 6/139 foi **aprovado por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, 6IND. -----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Os Votos já terminaram, agora é a Moção 1/139 apresentada pelo Partido Socialista, ninguém pede separação de nenhum Ponto, embora estejam aqui 2 pontos repetidos, está 1, 2, 2, 3, 4 e 5, presumo que temos que reenumerar os Pontos e ficar, portanto, acabará em Ponto nº 6. -----

----- E vamos para a estação a Moção com a renumeração. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Moção n.º 1/139**, apresentado pelo PS. A Moção n.º 1/139 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções do PSD, CDS-PP e MPT votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PNP, 6IND.-----

----- (O Grupo Municipal do PAN estava ausente e não participou nesta votação).-----

----- Agora vamos à Moção n.º 2 que eu proponha que fosse transformada em Recomendação e que, no texto, onde se diz: ‘O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa na sua Sessão Extraordinária do dia 2 de Maio delibere:’, passaria a ser: ‘delibere aprovar as seguintes Recomendações à Câmara:’ e depois, o resto seriam Recomendações à Câmara. -----

----- Naturalmente que a Câmara, há aqui uma que tem a ver com o novo enquadramento legislativo e que eu poderei, eu própria, portanto, assumir esta Recomendação e transportá-la para a Assembleia da República. -----

----- Vamos pôr à votação então esta Moção que tem o nome de Moção n.º 2/139 mas que passará a ser...-----

----- O MPT está a pedir a palavra para? Eu ia já dizer isso, o MPT pede para separarmos a alínea C) do n.º1. -----

----- E a Senhora 2ª Secretária, chama à atenção que o PAN esteve ausente nestas votações, está agora a dar entrada, mas não participou nas votações anteriores e peço aos serviços que tomem devida nota disso.-----

----- Portanto, a Moção vai ser renumerada como Recomendação com o número correto e vamos pôr à votação os Pontos todos menos o C) do n.º1, com a redação que a Mesa enunciou. -----

----- Esperamos um pouco, *ok*, par o Senhor Deputado poder tomar o seu lugar tranquilamente. -----

----- Estamos muito folgados no tempo, não há qualquer problema. E mesmo que não estivéssemos, o Senhor Deputado tem direito a ocupar o seu lugar com toda a dignidade.-----

----- Agora sim, já com a presença do Senhor Deputado do PAN na sala, vamos pôr à votação a Moção n.º 2/139 que vai ser retransformada em Recomendação, tem uma pequena alteração no texto inicial passa a ser: ‘delibera aprovar as seguintes Recomendações à Câmara’ e depois vêm as Recomendações todas e vamos agora votar tudo menos o ponto C do parágrafo 1º. -----

----- A Mesa vai pôr à votação o Ponto 1 A) e B) e os Pontos 2, 3 e 4 da **Recomendação n.º 1/139**, apresentado pelo PCP. O Ponto 1 A) e B) e os Pontos 2, 3 e 4 da Recomendação n.º 1/139 foram **aprovados por maioria**, com os votos contra do PSD, abstenções do CDS-PP votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- A Mesa vai pôr à votação o Ponto 1 C) da **Recomendação n.º 1/139**, apresentado pelo PCP. O Ponto 1 C) da Recomendação n.º 1/139 foi **aprovado por maioria**, com os votos contra do PSD, abstenções do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Senhores Deputados, foi preciso chegarmos à Sessão do 25 de Abril e do 1º de Maio para termos tudo aprovado, umas vezes por unanimidade, outras vezes maioria,

portanto, a Mesa, por minha alta recreação, neste momento, solicita aos Senhores Deputados uma salva de palmas pelo consenso que aqui foi possível encontrar, para lá das nossas divergências e que é extensível, naturalmente, às datas que comemoramos e que são tão importantes para todos nós.” -----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DO 2.º PARÁGRAFO DA PARTE DELIBERATIVA DA PROPOSTA Nº 181/CML/2017 - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, PARA OS ANOS ECONÓMICOS DE 2018, 2019 E 2020, NO VALOR DE € 274.816,72/ANO E NO MÁXIMO DE € 824.450,17, NOS TERMOS DA PROPOSTA, E AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ATUAL; GRELHA-BASE – 34 MINUTOS.** -----

----- (A Proposta nº 181/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra continuou:

----- “Senhores Deputados, terminada esta parte dos nossos trabalhos, há uma urgência da Câmara na Proposta 181/CML/2017, que é uma repartição de encargos, eu sei que foi suscitada a questão desta Proposta dever baixar à 1ª Comissão para ser apreciada, mas a Mesa nunca baixou repartições de encargos à apreciação das Comissões, porque as repartições de encargos são apenas isso mesmo a competência para o fundo da matéria não é nossa, é da Câmara Municipal, que já se pronunciou e já decidiu, portanto, temos apenas que apreciar esta Proposta. -----

----- Posto isto, há Senhores Deputados inscritos. -----

----- Antes das inscrições, pergunto se a Câmara quer apresentar a Proposta, Senhor Vereador Duarte Cordeiro? Não? Muito bem. -----

----- Temos Senhores Deputados inscritos e a Mesa vai dar a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, público presente. -----

----- Só uma nota da introdução, talvez tivesse sido importante visto que isto nem foi discutido, isto veio da Câmara diretamente para a Assembleia Municipal, nem foi discutido na 1ª Comissão de Finanças, teria sido, talvez, importante que nos explicasse, a Câmara explicasse um pouco o historial desta Proposta que tem uma longa vida e que teria alguma justificação para que, agora, a Assembleia Municipal assumisse as suas responsabilidades neste capítulo, que pudessem fazer aqui uma retrospectiva histórica também e factual sobre esta Proposta. -----

----- Esta é uma Proposta complexa pois trata-se de um terreno foi doado ao Município de Lisboa em mil novecentos e oitenta e três, no âmbito de um processo de expropriação, condicionado a doação, para que aquele terreno fosse destinado à construção de equipamento a executar pelo Município de Lisboa, ou a seu mando, bem como a execução do plano de realojamento de áreas degradadas ou outro plano de realojamento de natureza social. -----

----- O terreno doado destinava-se, assim, a integrar uma zona de intervenção e execução do PRAD, o Município de Lisboa viria a entregar o terreno em causa à SGAL em 1984. Para que executasse o PRAD, mais tarde designado por Plano Urbanização do Alto do Lumiar e, em contrapartida, a SGAL se obrigou a entregar ao Município infraestruturas e equipamentos, o terreno doado já constituído em lotes através do loteamento Municipal, foi transmitida à SGAL através de escritura de permutas celebradas em 89, mil novecentos e oitenta e nove e mil novecentos e noventa e nove. A SGAL viria alienar os lotes correspondentes aos terrenos doados a terceiros e aí construir o edifício de luxo.-----

----- Os doadores vieram a interpor ação, exigindo a anulação da doação, tendo tal processo corrido os seus termos até decisão do Supremo Tribunal de Justiça que, em 2005, condenou o Município de Lisboa por incumprimento parcial do contrato de doação, a quantia que se vier a liquidar em execução de sentença e que corresponda à diferença de valor do terreno se lhe tivesse sido dado o destino constante da escritura de doação e o valor que passou a ter com o destino que, na realidade, lhe veio a ser dado. Significa isto que o Município de Lisboa está já condenado, por decisão irrecorrível do Supremo Tribunal de Justiça de 2005, apenas estando agora em causa o quantum indemnizatório.-----

----- Assim, novamente na primeira instância, foi instaurado processo com vista ao apuramento do valor da indemnização, apurando-se numa primeira decisão (de 2010) o valor de 119 milhões, acrescida de juros de mora vincendos.

----- Inconformado com esta decisão, o Município de Lisboa apelou para o Tribunal da Relação de Lisboa que mandou repetir o julgamento na primeira instância (por decisão de 2011).”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra informou: -

----- “Pedia-lhe que abreviasse uma vez que terminou o seu tempo.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra, continuou: -----

----- “Ah! Então só 2 questões que queria colocar.-----

----- Novamente o Município de Lisboa pretende recorrer desta decisão, tendo no entanto de prestar caução para que a mesma não se torne passível de execução. É que o recurso não tem efeitos suspensivos, pelo que pode a outra parte vir exigir o pagamento, sendo que essa regra vigorava já à data da decisão de 2010. Por isso, há que esclarecer a razão de se vir agora estabelecer uma caução quando não se tem conhecimento de tal pedido relativo à decisão de 2010, objeto de recurso. -----

----- E a outra questão, se me permite o Senhor Presidente que, por outro lado, o Município sempre terá que pagar algo, algo que se impõe a pergunta, porque não conseguiu Município de Lisboa acordar com outra parte a prestação da garantia, apenas no montante que o Município de Lisboa entende não ter de pagar pagando-se já essa quantia e poupando-se o Município de juros de mora relativamente a essa quantia e ao pagamento da garantia bancária de valor superior. -----

----- Pronto, era as 2 questões que nós queríamos colocar e que dessas duas respostas, nós iremos então ver a nossa posição de voto. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Presidente, Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e Deputadas. -----

----- Quanto à Proposta nº 181/2017, Senhora Presidente, faremos um seu resumo factual, sublinhando pelo menos o facto, desde já, de não ter sido distribuída, em bom tempo, à Assembleia Municipal, só agora a recebemos, sendo portanto insólita a sua inscrição na presente Ordem de Trabalhos, compreendemos que disse que era urgente, mas não deixa de ser insólito o facto de só agora termos recebido a Proposta. -----

----- Enfim, nesse resumo factual dizer-se que mais se estranha porque, estando redigida sob o rótulo de Repartição de Encargos, diz na realidade respeito à prestação de Garantia Bancária pelo Município de Lisboa, para evitar uma penhora por parte dos Autores de Processo que corre termos na Comarca de Lisboa desde 1997, portanto vai para 20 anos, requerendo a anulação da Escritura de Doação de novembro de 83 a favor do Município dos terrenos da chamada Quinta das Pedreiras, com mais de 4 e meio hectares dentro da cidade. -----

----- Esta doação foi efetuada em contrapartida de loteamento e desistência de expropriação, condicionada à integração da Quinta no Plano de Realojamento de Áreas Degradadas, que desde 1996 passou a Plano de Urbanização do Alto de Lumiar, ou para outro aproveitamento de natureza social. -----

----- Alegaram os autores que tendo os terrenos doados se destinarem a tais fins sociais e equipamentos municipais, a Câmara permutou-os com o consórcio de mediação imobiliária SGAL, aí sendo construídos e comercializados edifícios para venda ou arrendamento de alto preço.-----

----- Houve sentença da 1ª Instância em 2003, confirmada pela Relação por Acórdão de 94 favorecendo os autores mas perante novo recurso da edilidade, ocorreu sentença do Supremo em 2005 condenando o Município na quantia correspondente à diferença entre o valor do terreno para o uso constante na Doação e para o uso final dado afinal pelo Município. -----

----- Interpuseram os autores em 2006 processo de liquidação em execução de sentença, a que se refere a presente Proposta, pedindo indemnização de cerca de 120 milhões de euros e juros que o Tribunal validou após perícia. -----

----- Não se conformando o Município, recorreu para a Relação que veio a determinar a anulação da decisão anterior, com nova perícia e novo julgamento, agora marcando as datas a ter em conta na definição da indemnização, seja a da doação em 1983 e a da cedência dos terrenos à SGAL.-----

----- A perícia fez unanimemente resultar esse critério em aproximadamente 795 mil euros à data da doação e 56 milhões de euros à data da permuta, perfazendo a quantia exata de 54.963.344,42 o que, com juros de mora, totalizaria os 76 milhões de euros fixados no Tribunal em outubro de 2016.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra informou: -

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, terminou o seu tempo, mas tenho indicação que o CDS-PP dá tempo, portanto, peço aos serviços para colocarem mais tempo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez continuou: -----

----- “Entendeu no entanto o Município que esta metodologia não corresponderia ao definido no Acórdão competente, pelo que desencadeou novo incidente processual de recurso que aliás tem, com constância, sido felizmente favoráveis ao Município mas, atendendo ao previsto no Código de Processo Civil que faculta aos Autores a interposição imediata de Ação Executiva no montante da sentença e eventual penhora, solicitou e obteve a anuência dos Autores, repito solicitou e obteve a anuência dos Autores, e do Tribunal em prestar caução por esse valor, depois alterado para o montante apenas do capital em dívida de cerca de 55 milhões de euros, na forma de garantia bancária que negociou a 0,5 % ao ano, correspondendo então a euros, exatamente, 274.816,72, uma verba relevante.-----

----- É esta verba calculada arbitrariamente para 3 anos sucessivos como faz o município, que o Executivo considera, estranhamente, repartição de encargos, o que é, no mínimo, tecnicamente controverso, dependente como está de decisão judicial que, por definição é não predeterminável, pré-conhecida. -----

----- Assim sendo, verificamos Senhora Presidente que a Proposta carece de apreciação e de ponderação de Parecer por parte da Comissão competente na matéria, pelo que solicitamos a sua baixa a essa Comissão, sem votação nem outra qualquer ação intercalar. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Então havendo essa vossa Proposta, antes de votarmos a Proposta, naturalmente, iremos pôr à votação a Proposta que acaba de fazer de não se votar a Proposta, esta Proposta agora, mas de baixar à Comissão de Finanças para apreciação. Presumo que isso poderá prejudicar os prazos, mas isso não está contemplado na vossa Proposta, portanto, iremos colocá-la tal como ela foi apresentada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, colegas Deputados, restantes presentes. ---

----- Não vou contextualizar, porque já foi muito bem feito pelo colegas José Casimiro e pelo caro colega João Magalhães Pereira, mas há aqui alguma coisa que nesta Proposta não conseguimos entender. -----

----- Mascaradamente, a Câmara Municipal de Lisboa coloca como repartição de encargos juros, uma garantia bancária. Conseguiu fazer com que o Banco tenha dividido aquilo, acho muito bem, porque não se paga tudo de uma só vez, para que seja mascarado como repartição de encargos. -----

----- Eu não sei do que é que a Câmara tem medo, mas tem medo ou é uma birra de não querer pagar algo que já foi julgada e que não pode ser suscetível de recurso? -----

----- Fico na dúvida, porque a matéria, isto não é uma repartição de encargos clássica já que se trata de uma garantia bancária para evitar uma penhora por parte do proprietário porque não cumpre uma decisão judicial.-----

----- Não sei do é que a Câmara tem medo, não sei porque é que mascarou isto desta forma só se for uma birra. Disse Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Senhores Vereadores, Senhor Vice-Presidente, Senhor Vereador das Finanças, presumo que a Câmara quer responder? Quem é que pede a palavra? O Senhor Vice-Presidente está distraído, está a ser ocupado com outro diálogo, peço desculpa, quem é que responde? O Senhor Vereador João Paulo Saraiva se faz favor.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção.-----

----- “Muito boa tarde Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- Vou-me dispensar de explicara história, que é longa, com todos já perceberam e todos tiveram oportunidade de verificar na Proposta que ela é longa e aqui já foi explicado, também, de forma mais ou menos sucinta esse percurso que começa em 1983.-----

----- Portanto, o Município de Lisboa não conformado e tendo a noção de que e a convicção de que tem razão sobre esta matéria, tem vindo a recorrer sucessivamente, os sucessivos executivos, ao longo dos anos, têm vindo a recorrer para as instâncias devidas das sentenças que, como também todos sabem, têm vindo a condenar o Município, mas também se tem feito um trajeto, como todos já perceberam, que tem vindo a diminuir, expressivamente, em mais de metade, aquilo que era a solicitado inicialmente. Passava dos 100 milhões de euros e a condenação, a última, com a qual não nos conformamos e consideramos que temos razão, está em 54 milhões de euros. -

-----Vamos recorrer mais uma vez, o Município de Lisboa, através da Câmara Municipal que é o órgão que tem essa competência, decidiu que iria recorrer e que, para tal, teria que prestar uma garantia bancária, algo que foi, a garantia bancária que é o único meio, nesta fase do processo, de suspender qualquer execução sobre o Município.-----

----- Portanto, não se trata de adiar uma decisão que já está tomada, porque ela não está tomada, o Município pode recorrer e foi isso que fez.-----

----- E portanto, neste momento, o que acontece é que nós, nesta fase, para não haver nenhuma execução e para podermos recorrer e não estarmos sujeitos a essa mesma execução, temos que prestar uma garantia bancária, e é isso que estamos aqui a apresentar.-----

----- Conseguimos negociar, o que também é um bom indicador, com os nossos oponentes a garantia para o valor da condenação e não da condenação, mais juros de mora e, portanto, o tal valor de 54 milhões de euros e não de 76, isto também é um bom indicador e, portanto, não há aqui nada de insólito, é algo que defende os interesses municipais, o que nós estamos aqui a propor também é aquilo que a decorre

da lei e que é normal, neste tipo de processos, que é garantia bancária, e a respetiva repartição de encargos, em face daquilo que é um prazo expectável que pode ser, eventualmente, diminuído, mas que pode ir até esse conjunto de anos que está aqui definido.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra informou: -

----- “Senhor Vereador tem que terminar, a menos que alguém lhe ceda tempo.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, continuou. -----

----- “Vou terminar de imediato, e se alguém me ceder tempo, agradecia.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra informou: -

----- “O Partido Socialista dá-lhe 3 minutos.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva**, no uso da palavra, continuou. -----

----- “Para terminar dizendo que a negociação continua, é nossa expectativa virmos a conseguir uma posição para o Município, melhor do que aquela que temos hoje, e que este processo e por isso, o não adiamento não nos parece que exista aqui matéria que releve para ir a uma Comissão da Assembleia Municipal, até porque estamos, há aqui um constrangimento que tem a ver com o Tribunal de Contas e a necessidade deste processo ainda ir, este contrato, ainda ir a Tribunal de Contas e, portanto, há um prazo judicial para cumprir, que tem pelo meio essa mesma ida a Tribunal de Contas. -----

----- Portanto o que nos parece, para sintetizar, o que está aqui em causa é a defesa dos interesses municipais. Parece-nos evidente que estamos no bom caminho, porque temos vindo a reduzir aquilo que é a condenação e, portanto, ainda nos parece que não está toda a matéria devidamente analisada pelo tribunal e é isso que estamos a fazer, mais uma vez, e agora, evidentemente, com uma caução que vai onerar o Município mas, ainda assim, dado os valores em presença, parece-nos a melhor opção como, aliás, a Câmara, por unanimidade, também considerou. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Terminámos as intervenções, há uma Proposta concreta do Senhor Deputado Magalhães Pereira, no sentido da Proposta não ser votada hoje, mas baixar à, presumo que à 1ª Comissão, para apreciação. -----

----- A Mesa põe esta Proposta à consideração.-----

----- Voto **da Proposta** que é que a **Proposta 181/CML/2017 baixe à 1ª Comissão Permanente para apreciação**. A Proposta foi **rejeitada** com os votos contra do PS, PNPB e 6IND, abstenções do PCP e PAN, votos a favor do PSD, BE, CDS-PP, PEV e MPT. -----

----- A Proposta não foi aprovada, sendo assim estamos em condições de pôr à votação, agora sim, o número 2 da Proposta 181, não sei se é o 2, deixe-me confirmar a numeração, é o 2º parágrafo da parte deliberativa. O 1º parágrafo que era a autorização da despesa já foi aprovado pela Câmara, que tinha competência para o efeito, o parágrafo que nos diz respeito a nós é a repartição de encargos e, por isso, foi isso que foi identificado na Proposta, que é apenas isso que temos competência para deliberar, vamos para à votação. -----

----- Voto do **Ponto 2 da Proposta nº 181/CML/2017**. O **Ponto 2** da Proposta 181/CML/2017 foi **aprovado por maioria** com os votos contra do PSD e MPT, abstenções do BE e CDS-PP, votos a favor do PS, PCP, PEV, PAN, PNPN e 6IND. ---

----- Senhores Deputados estão terminados os nossos trabalhos por hoje.-----

----- Para a semana, eu recordo... peço desculpa?-----

----- Há uma Declaração de Voto do Bloco de Esquerda, uma Declaração de Voto do PSD, também do MPT.-----

----- Senhores Deputados eu ainda não tinha encerrado os trabalhos, encerrámos a Ordem de Trabalhos, mas ainda não encerrámos propriamente a reunião.”-----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“O Bloco de Esquerda absteve-se tendo em conta que se considerou não suficientemente elucidado sobre o caminho seguido pela Câmara, ao ser negado mais esclarecimentos em sede de 1.ª Comissão sobre a razão de se vir agora estabelecer uma caução quando não se tem conhecimento de tal pedido relativo à decisão de 2010 e objeto de recurso. O Município tem sempre que pagar algo, pelo que se impõe a pergunta: porque não conseguiu o Município de Lisboa acordar com a outra parte a prestação de garantia apenas no montante que o Município de Lisboa entende não ter que pagar, pagando-se já essa quantia e poupando-se o Município a juros de mora relativamente a essa quantia e ao pagamento de uma garantia bancária de valor superior? Resposta que ficou por dar.-----*

----- *Esta é uma Proposta complexa, pois trata-se de um terreno que foi doado ao Município de Lisboa, em 1983, no âmbito de um processo de expropriação, condicionada a doação a que aquele terreno fosse destinado à construção de equipamento a executar pelo Município de Lisboa ou a seu mando, bem como à execução do plano PRAD, ou outro plano de realojamento de natureza social.-----*

----- *O terreno doado destinava-se assim a integrar a zona de intervenção e execução do PRAD (Plano de Realojamento de Áreas Degradadas). O Município de Lisboa viria a entregar o terreno em causa à SGAL em 1984, para que executasse o PRAD (Programa de Realojamento de Áreas Degradadas), mais tarde designado por PUAL (Plano de Urbanização do Alto do Lumiar) e, em contrapartida, a SGAL se obrigou a entregar ao Município infraestruturas e equipamentos, o terreno doado, já constituído em Lotes, através de loteamento municipal, foi transmitido à SGAL através de escrituras de Permuta celebradas em 1989 e 1999.-----*

----- *A SGAL viria a alienar os lotes correspondentes aos terrenos doados a terceiros, que aí construíram edifícios de luxo.-----*

----- *Os doadores vieram a interpor ação, exigindo a anulação da doação, tendo tal processo corrido os seus termos até decisão do Supremo Tribunal de Justiça que, em 2005, condenou o Município de Lisboa por incumprimento parcial do contrato de doação, "a quantia que se vier a liquidar em execução de sentença e que corresponda à diferença de valor do terreno se lhe tivesse sido dado o destino constante da escritura de doação e o valor que passou a ter com o destino que, na realidade, lhe veio a ser dado. Significa isto que o Município de Lisboa está já condenado, por*

decisão irrecorrível do Supremo Tribunal de Justiça de 2005, apenas estando agora em causa o quantum indemnizatório. -----

----- Assim, novamente na primeira instância, foi instaurado processo com vista ao apuramento do valor da indemnização, apurando-se numa primeira decisão (de 2010) o valor de € 119 988 557,69, acrescida de juros de mora vencidos. -----

----- Inconformado com esta decisão, o Município de Lisboa apelou para o Tribunal da Relação de Lisboa que mandou repetir o julgamento na primeira instância (por decisão de 2011). -----

----- Feito novo julgamento na primeira instância, decidiu o Tribunal em 16 de Março de 2016 fixar o valor de indemnização em € 54 963 344,42, acrescido de juros legais vencidos e vencidos. -----

----- Novamente o Município de Lisboa pretende recorrer desta decisão, tendo no entanto de prestar caução para que a mesma não se torne passível de execução. É que o recurso não tem efeitos suspensivos, pelo que pode a outra parte vir exigir o pagamento, sendo que essa regra vigorava já à data da decisão de 2010. Por isso, há que esclarecer a razão de se vir agora estabelecer uma caução quando não se tem conhecimento de tal pedido relativo à decisão de 2010, objeto de recurso. -----

----- Toda esta questão, independentemente do seu mérito, deve alertar os lisboetas para as consequências de não se dar prioridade às políticas de habitação e à utilização de parcerias público privadas para a sua execução (a SGAL é privada, ver <http://sgal.altadelisboa.com/altadelisboa/sgal/>), sublinhando-se que esta é a herança do CDS na Câmara Municipal de Lisboa, penando a Cidade ainda hoje por uma decisão de Krus Abecassis em 1983, infelizmente ainda não resolvida e que previsivelmente trará pesadas consequências para o Município de Lisboa. Também a sua efetiva transmissão em 1989 e 1999 à SGAL (na sequência e em execução do contrato de 1984) contribuíram para esta situação. -----

----- O Bloco de Esquerda lamenta que o Município de Lisboa não retire deste processo todas as ilações a favor das políticas públicas para a Cidade. -----

----- Pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, José Casimiro.” -----

----- **O Grupo Municipal do PSD** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “Nos termos previstos no Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa em vigor, o Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia apresenta Declaração relativa ao seu Voto Desfavorável na Proposta n.º 181/2017 para Despesa decorrente da emissão de Garantia Bancária para atribuição de efeito suspensivo ao Recurso Jurisdicional e respetivo compromisso plurianual, apreciada em Plenário da Assembleia Municipal em 2 de Maio 2017. -----

----- Este Grupo Municipal reconhece que as sucessivas interposições de recursos judiciais por parte da Câmara Municipal de Lisboa neste Processo, têm resultado numa redução da indemnização a prestar aos Autores, não desconhecendo no entanto que de cada recurso ou incidente processual poderão resultar mais prejuízos para o Município. -----

----- Celebra porém essa redução, até porque estão em causa avultadas quantias resultantes de sentença de condenação em sede de Supremo Tribunal no sentido de pagamento aos Autores da quantia correspondente à diferença entre o valor dos terrenos da Quinta das Pedreiras com mais de 4,5 hectares, se lhe tivesse sido dado o destino constante da Escritura de Doação de 1983 e o valor relativo ao destino que afinal lhe foi dado pelo Município, o que configuraria, alegaram, enriquecimento sem causa.-----

----- O Grupo Municipal do PPD/PSD não apoia aliás a metodologia utilizada pelo Município no processo de permuta com a Sociedade de Mediação Imobiliária, nem as litigâncias sistemáticas com eventual abuso da posição dominante que a sua capacidade financeira lhe permite.-----

----- A Proposta n.º 181/2017, foi ademais apresentada à Assembleia Municipal como se de uma mera repartição de encargos sobre despesa pré-autorizada se tratasse, desprezando todos os antecedentes do assunto quando é certo que respeita ao dispêndio relevante com uma Garantia Bancária cuja vigência fixou arbitrariamente em 3 anos.-----

----- Tendo este Grupo Municipal pedido a sua descida à Comissão competente para análise específica dos seus méritos, como à evidência seria essencial para avaliação da sua pertinência e produção do respetivo Parecer, a Sr.ª Presidente da Assembleia entendeu colocar essa eventual descida à votação do Plenário, sabendo perfeitissimamente qual o resultado final dessa iniciativa.-----

----- Não restou portanto outra opção ao Grupo Municipal do PPD/PSD senão a apresentação consequente de voto desfavorável na Proposta n.º 181/2017, independentemente da apreciação que faz da decorrência de todo este processo que se prolonga há mais de 20 anos.-----

----- Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD, Sérgio Azevedo, João de Magalhães Pereira”-----

----- **O Grupo Municipal do MPT** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião realizada no dia 02 de Maio de 2017 a sua declaração de voto referente à seguinte proposta:-----

----- Proposta 181/CML/2017 - Repartição de encargos e assunção de compromissos plurianuais, para os anos económicos de 2018, 2019 e 2020, no valor de € 274.816,72/ano e no máximo de € 824.450,17.-----

----- Proposta essa que mereceu o Voto Contra deste Grupo Municipal, com o seguinte fundamento:-----

----- A proposta acima enunciada não é uma repartição de encargos comum, e portanto no entender do Grupo Municipal do Partido da Terra, a Proposta 181/CML/2017 deveria ser analisada pela 1ª Comissão Permanente - Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos.-----

----- *Pelo Grupo Municipal do Partido da Terra, o Deputado Municipal, Vasco Miguel Santos.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou:

----- “Apenas para anunciar Senhores Deputados que, para a semana, vamos ter a apreciação das contas e a 1ª revisão orçamental, já temos os Pareceres prontos, a matéria já está no *site*, será disponibilizada a todos. -----

----- Recordar aos Senhores Deputados que temos pendente uma matéria muito importante e que eu vou a convocar a Conferência Representantes para segunda-feira mas, desde já vos anuncio, que essa matéria será colocada no início da Ordem de Trabalhos e tem a ver com a resposta ao Tribunal Constitucional sobre a Taxa da Proteção Civil. Nós vamos colocar esse Ponto antes das contas, sobre esse Ponto há uma Proposta do Bloco de Esquerda que vai em sentido diferente. -----

----- Portanto, essas duas matérias serão discutidas, em conjunto, na próxima reunião, no início da próxima reunião, discutiremos em conjunto a questão da Taxa Municipal de Proteção Civil, através de resposta ao Tribunal Constitucional, e a questão Taxa Municipal de Proteção Civil através da Proposta do Bloco de Esquerda, que tem sentido diferente. -----

----- Queria também lembrar-vos como vamos apreciar contas, a Sessão tem que ser, tem que ser uma Reunião Ordinária, portanto é uma continuação da Reunião Ordinária de abril e sendo assim, temos PAOD portanto, naturalmente, teremos novamente a oportunidade de apresentar em PAOD as Moções e Recomendações que entenderem. -

----- Serei muito rigorosa nessa hora do PAOD, porque se prevê uma ordem trabalhos densa e com matéria difícil e, portanto, não queria deixar de vos anunciar que hoje acabamos mais cedo, para virem preparados para uma sessão intensa na próxima semana e será convocada a Conferência de Representantes para segunda-feira ao fim da manhã. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A sessão terminou, eram dezassete horas e trinta minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE-----